



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Bom dia a todos e a todas.

Em razão da falta de quórum, nós estamos cancelando a reunião deliberativa que estava agendada para as 9h30min e vamos dar início de imediato à audiência pública.

Temos a honra de receber hoje o Sr. Esteves Pedro Colnago Junior, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a quem eu convido neste momento para tomar lugar à mesa. Convido o Sr. George Soares, Secretário de Orçamento Federal, a também tomar lugar à mesa.

Informo que também foram convidados a participar desta audiência o Ministro da Educação, Rossieli Soares, e o Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, mas eles não puderam comparecer e encaminharam à Presidência da Comissão os ofícios justificando as respectivas ausências. O Ministro da Fazenda informa que discussões cujo tema seja a questão orçamentária caberiam ao Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Já o Ministro da Educação, fazendo aqui o devido registro, havia mais uma vez se colocado à disposição para participar deste debate. Quando nós fizemos a discussão na semana passada, houve a priorização da agenda do Sr. Ministro do Planejamento, que não conciliou com a agenda do Ministro da Educação, mas o Ministro da Educação já se colocou à disposição para participar num segundo momento deste debate.

O comparecimento do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão atende aos Requerimentos nºs 478, de autoria do Deputado Pedro Uczai, e 480, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. O objetivo é debater a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que trata do teto dos gastos, e obter esclarecimentos do Ministro sobre a redução dos investimentos no orçamento do Ministério da Educação.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Ministro Esteves Pedro, esclareço os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos. O Ministro disporá de até 40 minutos para sua apresentação, tempo que pode ser prorrogado por mais 20 minutos, não sendo permitidos apartes neste momento. Encerrada a



exposição, será concedida a palavra aos Deputados, respeitada a ordem de inscrição, tendo prioridade os autores do requerimento, para, no prazo de 3 minutos cada um, formularem suas considerações ou pedidos de esclarecimento, dispondo o palestrante do mesmo tempo para a resposta. Os Deputados interessados em interpelar o Sr. Ministro deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Informo que, conforme procedimento usualmente adotado no caso de comparecimento de Ministros na Comissão, os Srs. Líderes e Vice-Líderes que queiram usar do tempo de Comunicação de Liderança deverão estar previamente inscritos para os debates e terão o seu tempo somado ao tempo de discussão.

Feitos esses esclarecimentos, antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, queria mais uma vez, Ministro, agradecer a sua presença. É uma satisfação recebê-lo, para que nós possamos fazer um diálogo sobre essa questão do orçamento na educação brasileira.

Na verdade, essa discussão foi deflagrada no final do primeiro semestre. Depois disso, surgiram informações sobre os cortes referentes à questão da pesquisa no Brasil, que foram, inclusive, anunciados por um representante do poder público. No caso, um representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES alertou para a possibilidade de que os cortes pudessem acarretar sérios danos a um conjunto de mais de 200 mil pesquisas que estão em curso neste momento no Brasil, não só nos mestrados, doutorados, pós-doutorados, mas também nos programas de iniciação científica e no Universidade Aberta.

Então, esse é mais um ataque, digamos assim, ao orçamento da educação pública brasileira.

Esta Comissão tem pautado, desde a edição da PEC do Teto de Gastos, a preocupação com esses profundos cortes na pauta da educação neste momento.

Nós temos, desde o ano passado, um conjunto de programas que foram ou contingenciados ou até extintos, em virtude desses cortes. Quando da edição da



PEC do Teto de Gastos — eu me recordo muito bem, fui membro da Comissão que a analisou —, isso era alertado por todos, não só por aqueles que fazem a consultoria aqui na Casa, mas até pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED. Eu me recordo de que o CONSED chegou a encaminhar um documento ao Ministro da Educação, na época o Deputado Mendonça Filho, falando em cortes da ordem de 120 bilhões de reais, no horizonte dos 20 anos de congelamento do orçamento da educação pública brasileira, conforme está previsto na PEC do Teto de Gastos.

Há um relatório da Consultoria desta Casa que aponta cortes da ordem de 300 bilhões de reais, incluindo cortes na saúde e na assistência social. Naquele momento, isso havia sido muito discutido aqui, mas o Governo sempre negava que esses cortes iriam acontecer.

O fato é que, após o implemento da PEC do Teto de Gastos — aliás, antes dela, já no orçamento de 2017, como eu disse —, visualizávamos cortes ou até a extinção de programas. Nós vimos isso nos programas de assistência estudantil das universidades e na própria manutenção das universidades. Vimos isso também no FIES, que tinha quase 250 mil vagas disponibilizadas no orçamento de 2017 e que, em 2018, caíram para 100 mil vagas. E estamos vendo isso agora nessa questão do orçamento de pesquisa no Brasil.

Então, isso acende uma lupa sobre este debate. Nós temos aqui aprofundado a discussão em torno do Plano Nacional de Educação. E, dentro do debate do Plano Nacional de Educação, quando o avaliamos, constatamos que as 20 metas não atingiram os resultados que havíamos previsto. A razão fundamental disso deve-se, sobretudo, à questão do financiamento da educação.

A Meta 20, que define justamente o que se vai financiar na educação pública brasileira, também está muito aquém daquilo que de fato deveríamos estar destinando de recursos para a nossa educação.

No meio de tudo isso, há uma pauta nesta Casa que também tira recursos que poderiam financiar a educação. Vimos esse debate na questão do pré-sal,



aquilo que foi feito com a entrega das reservas do pré-sal: 70% das reservas do pré-sal são recursos, previstos em lei, que devem financiar a educação.

Portanto, a vinda de V.Exa. aqui foi um consenso desta Comissão, para que pudéssemos ter um esclarecimento do que de fato vai acontecer com o orçamento da educação a partir do ano que vem, já que neste ano de 2018 esse orçamento já está sofrendo contingenciamentos. Tivemos uma redução do orçamento, como dissemos aqui, de 2016 para 2017, mas também temos neste momento um orçamento da educação contingenciado em quase 40%. Programas como o PROUNI, o REUNI, o Programa Nacional de Assistência Estudantil de que falamos aqui, todos eles estão sofrendo contingenciamento.

Então, Sr. Ministro, agradeço a sua presença, mas a nossa expectativa é que V.Exa. traga também respostas que nos deem tranquilidade em torno da preservação do orçamento da educação.

Nós temos inclusive uma questão que eu já quero antecipar: uma preocupação em torno do que vai acontecer com a LDO. Esta Casa aprovou uma Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias que orientará a elaboração do orçamento de 2019, da qual consta um dispositivo, o art. 22, que também foi fruto de um consenso. Nós procuramos proteger o orçamento da educação exatamente como está colocado na própria PEC do Teto dos Gastos. Questionamos a PEC do Teto dos Gastos. Nós não vamos discorrer sobre esse assunto. O fato é que ela trava todos os investimentos nas políticas públicas no horizonte dos 20 anos. Mas, dentro dos critérios apontados na PEC do Teto dos Gastos, nós colocamos na LDO que o orçamento de 2019 deve ser o orçamento de 2018, atualizado pelo índice da inflação. Isso é o mínimo que nós queremos de garantia para que seja preservado o orçamento da educação. E há indícios — e esses indícios correm dentro desta Casa também — de que haveria uma orientação da área econômica do Governo para que este dispositivo fosse vetado.

Nós não vamos aceitar isso. Nós estamos antecipando aqui a posição. Se esse veto vier, nós vamos trabalhar para derrubá-lo. Eu espero que a área



econômica tenha a sensibilidade de preservar e respeitar a decisão que foi também apontada por esta Casa.

Mas há outro dispositivo muito importante também que fala da preservação dos recursos, para que as universidades possam captar, como elas têm ampla condição de fazer, através de diversas parcerias, recursos que garantam a sobrevivência e novos investimentos nas universidades. Não podemos permitir que esse instrumento, que é justamente para viabilizar diversas ações nas universidades públicas brasileiras, que esse recurso que chega através da universidade, também seja destinado à Conta Única da União.

Nós queremos preservar esses dois dispositivos que constam da LDO: não permitir que ocorra o veto ao art. 22, garantindo que o orçamento da União de 2019 seja o orçamento de 2018, atualizado pela inflação, e também preservar aquilo que nós conseguimos, fruto de uma discussão e de um debate inclusive com os representantes. A ANDIFES participou desse debate também, para que apontássemos esse caminho. É uma contribuição que esta Casa dá no sentido de buscar fontes alternativas para preservar o papel fundamental das universidades públicas brasileiras.

Então, de partida, eu coloco esses dois pontos que V.Exa. pautou na sua discussão também.

Feitos esses esclarecimentos, eu passo a palavra ao Sr. Esteves Pedro Junior, Ministro do Planejamento, que aqui comparece, a fim de prestar esclarecimentos sobre a redução de investimentos no orçamento do Ministério da Educação.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente, o Deputado Danilo Cabral; a Deputada Professora Dorinha; e o Deputado Pedro Uczai, autores do requerimento; gostaria de cumprimentar o Secretário de Orçamento Federal, Jorge



Soares; e as demais autoridades presentes, membros da imprensa, senhoras e senhores.

(Segue-se exibição de imagens.)

A apresentação é relativamente curta: são nove eslaides.

Eu vou começar com algo mais macro e depois vou falar especificamente sobre o orçamento da educação.

O que ocorre é que o setor público vem apresentando, já há 5 anos, déficit primário. Nós projetamos pelos menos mais 3 anos de déficit primário, ou talvez mais. Então, vamos fechar 10 anos de déficit primário. A situação fiscal do País não é confortável e exige medidas para a sua reestruturação.

Arelado aos déficits primários recorrentes que nós apresentamos, o que estamos visualizando é um engessamento crescente daquilo que pode ser feito com o orçamento. Há um crescimento das despesas obrigatórias, o que diminui o espaço para a realização de despesas discricionárias, ou seja, de políticas por parte de alguns órgãos ou do Governo de uma forma geral. Hoje há um engessamento de aproximadamente 91%. O Governo pode dispor, de forma um pouco mais livre, de apenas 9%, e os 91% já têm direcionamento predeterminado. O Governo não tem como mexer nisso, o que dificulta demais qualquer realização de políticas por parte do Governo.

Dentro das despesas obrigatórias — e isto também não é novidade para os senhores —, há duas grandes despesas.

A primeira delas é a Previdência. O que se vê é um crescimento das despesas de Previdência em relação ao PIB, e se mantendo num percentual relativamente alto, o que nos preocupa. É preciso olhar isso, até para ver a sustentabilidade da Previdência. Nós precisamos olhar para essa despesa.

A outra é a despesa com servidores públicos, com o funcionalismo público, que está um pouco mais estável, mas é o nosso segundo maior gasto — está em torno de 4% do PIB. Esse é o gasto que se tem com o funcionalismo público. Nós precisamos olhar para esse gasto, até para que haja um pouco mais de gestão.



Hoje a gestão do funcionalismo público é muito difícil. Há mais de 300 carreiras, com diversas regras que dificultam mudar servidores de um órgão para o outro. Às vezes, falta gente em um órgão e sobra em outro. Há uma dificuldade de movimentação de pessoas. Precisa ser olhada com mais carinho toda a parte de recursos humanos do serviço público federal.

Entrando mais detidamente na parte da educação, na função educação — retirando a parte dos inativos —, vemos que há um crescimento constante do orçamento destinado à educação. Ao longo do tempo, esse orçamento vem crescendo, e 2019 não será diferente dos anos anteriores. Em 2019, haverá um orçamento maior do que o de 2018. Isso é uma recorrência ao longo do tempo. Não há contingenciamento na parte da educação. No ano de 2018, nós tivemos um orçamento para a função educação de 103 bilhões de reais. Já houve um empenho de 77 bilhões de reais, e ainda restam a ser empenhados pelo Ministério da Educação 26 bilhões de reais. Não há qualquer contingenciamento em relação à função educação.

Vamos falar sobre o mínimo constitucional em educação. O Governo aloca recursos em educação sempre acima do mínimo constitucional. Se olharmos ao longo do tempo, pegando 2010 como referência, veremos que o valor alocado pelo Governo era 7,7% acima do mínimo requerido. Este ano, o valor aportado pelo Governo é 31,6% acima do mínimo requerido. Ou seja, há um esforço por parte do Governo para, ao longo do tempo, alocar recursos superiores ao mínimo exigido. Então, o Governo tem certeza da importância da educação, e esse esforço vem sendo feito em todos os anos.

O que se observa — e aí não é só no Ministério de Educação, mas em todo o Governo — é um crescimento das despesas obrigatórias em detrimento das despesas discricionárias. Se nós olharmos a dotação do MEC, veremos que há um crescimento de despesas com pessoal e encargos. Em 2012, eram 39,8%, e havia 60,2% para as demais despesas primárias do MEC, para toda a política que o MEC desejava fazer. Hoje, 58% desse recurso é automaticamente



destinado a pessoal e encargos, e restam para o Ministério da Educação 41,9%. Há um aumento de recursos destinados ao órgão, mas há um engessamento crescente no órgão com relação ao que ele pode fazer com esse recurso. Dessa forma, o Ministério tem um orçamento maior do que o do ano anterior, mas os recursos têm alocação predefinida.

Isso pode ser visto tanto no número de contratações que houve ao longo do tempo, quanto com relação a valor, que está no próximo eslaide.

Se nós pegarmos, dividindo em dois segmentos, de 1999 a 2007, percebemos que, em 1999, havia 165.510 servidores ativos. Esse número saltou para 179.449 servidores ativos. Houve um aumento de 8,42%.

Se pegarmos de 2007 a 2018, esse número salta de 179.449 servidores para 296.320 servidores. Ou seja, houve um crescimento 65%. Então, do ano de 2007 a 2018, houve um incremento de mais de 100 mil servidores.

Vamos olhar o mesmo número agora com relação aos gastos. Eu estou comparando o gasto com o crescimento da folha salarial do MEC com o gasto dentro do próprio Poder Executivo, seja com militares, seja com servidores civis que não são do MEC. Pegando o ano-base de 2006, em que o gasto com servidores era igual a 100, em termos reais, nós temos que hoje o gasto com o MEC cresceu 165%; o gasto com os militares cresceu 33%; e o gasto com os demais servidores civis, 30%. Ou seja, o investimento feito pelo MEC com servidores — gasto com pessoal, com professores — é mais do que o dobro daquele que era feito em 2006 e muito superior ao mesmo gasto que se tinha com os demais servidores. Enfim, há um crescimento, sim, do orçamento do MEC, mas há um engessamento crescente do orçamento do MEC.

Portanto, o que precisamos olhar com mais atenção? Nós temos um percentual de carga tributária muito elevado em nosso País. Elevar a carga tributária para fazer jus a despesas crescentes é muito difícil. Então, ao mantermos a nossa carga tributária, que já não é baixa, precisamos definir as prioridades do Governo. Em que áreas iremos alocar nossos recursos?



Nós temos alocado esses recursos de forma crescente em gastos obrigatórios, o que penaliza o exercício de políticas por parte do Governo. Então, nós precisamos rever isso. Precisamos olhar e definir efetivamente a prioridade do Governo. Esta efetivamente é a prioridade do Governo. A prioridade do Governo é ter um gasto maior obrigatório, em detrimento dos gastos discricionários.

Bom, era essa a minha apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Inicialmente, eu passo a palavra aos autores do requerimento, pedindo atenção ao prazo de 3 minutos, para que todos os inscritos tenham oportunidade de se manifestar.

Passo a palavra, inicialmente, ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sr. Presidente, gostaria que fosse acrescido ao meu tempo inicial o tempo de Liderança, pela nossa bancada.

Ministro do Planejamento, Esteves Colnago, a quem cumprimos e cuja presença nesta Comissão agradecemos, a sua exposição nos dá um pouco a dimensão do que é — e do que poderá ser — a prioridade do Governo Federal em relação à educação.

Eu queria inicialmente fazer algumas ponderações em relação a este debate sobre despesa com pessoal, despesa discricionária e investimentos.

O que nós estamos percebendo nesses últimos 2 anos é a diminuição violenta de programas de investimentos, tanto nos institutos federais quanto nas universidades federais, além da relação com os próprios Municípios — escolas, creches, quadras. Eu não tenho visto nos últimos 2 anos nenhuma nova sala de aula sendo construída, a não ser aquelas que estavam com obras em andamento.

Então, eu acho que a gente poderia começar o questionamento na seguinte direção. O primeiro ponto é em relação ao Plano Nacional de Educação. É prioridade do Governo Federal implantar e implementar o Plano Nacional de Educação ou não?



O que a gente está percebendo é que a diminuição das despesas discricionárias de investimentos está comprometendo qualquer possibilidade de se efetivar o Plano Nacional de Educação. Eu poderia começar pela Meta 17, que propõe igualar em 2019 o salário dos profissionais da educação com os de mesma formação acadêmica em outros entes públicos. Sem dinheiro federal não vai ter um Município deste País, um Governo de Estado que vai conseguir implementar essa meta. No caso da expansão da educação infantil, se não tiver dinheiro além do que está disponível hoje pelo Governo Federal, porque têm sido cortados investimentos, não vai se atingir nunca a meta. No caso do ensino médio, é triplicá-la, e metade das escolas públicas federais e estaduais está nessa meta. Se nós queremos formar 60 mil mestres e 35 mil doutores até 2024, anualmente, por que estamos cortando — e aí, sim, queria abrir parênteses — todas as bolsas ou grande parte das bolsas de pós-graduação, de formação de professores, de estudantes nas universidades? Percebemos um avanço no número de bolsas de pós-doutorado de 2008 a 2015 — mais de 20 mil; de bolsas de pós-graduação entre 2003 a 2015, que passaram de 11 mil para 42 mil, de 15 mil para 49 mil, de 27 mil bolsas por ano de pós-graduando para 100 mil. Houve crescimento no número de bolsas. Saímos de 116 mil, em 2004, para 533 mil concluintes de pós-graduação *stricto sensu*; nas universidades federais, de 80 mil para 311 mil; de pós-graduação, em 2004, de 34 mil para 160 mil.

Esses números todos começam a cair. Eu estava vendo aqui, Ministro. Se pegarmos as bolsas para capacitação e formação inicial de professores profissionais, vemos que houve diminuição de 147 milhões para 50 milhões, três vezes menos. Bolsas de apoio à educação básica, 2,84 bilhões — isso é o empenhando —, em 2015, para 259 milhões, em 2018. Se pegarmos formação e capacitação de recursos humanos em ciência e tecnologia, veremos que houve diminuição de 2,4 bilhões para 593 milhões, três vezes menos. Bolsa de estudo da educação superior, para formar professores também: diminuição de 6 bilhões para 1,3 bilhões. CNPQ — uma vergonha o que está sendo cortado —, CAPES... A



própria Presidência da CAPES denunciou que, se isso for mantido, em agosto do ano que vem serão 200 mil novas bolsas.

Portanto, a Emenda Constitucional nº 95 não mantém os recursos, reduz os programas, corta bolsas — corta bolsas para formar professores, corta bolsas para mestres e doutores, corta bolsa para ciência e tecnologia.

Que País é este que está desmontando a educação pública brasileira, que está desmontando a formação de mestres, doutores, pós-graduandos e também graduandos, porque 170 mil jovens já abandonaram a universidade no ano passado?

Primeira pergunta: como viabilizar o PNE, que é uma lei, com todos esses que o Ministério do Planejamento está fazendo?

Segundo ponto: na Emenda Constitucional nº 95, o que estamos percebendo, Deputado Danilo Cabral, é que esse número do ponto de vista vegetativo é o mínimo, mas, se nós pegarmos o PIB, 2,5, por exemplo nos próximos 20 anos, a relação entre PIB e investimento na educação não vai ficar congelada; vai diminuir. Não vão se manter os recursos para a educação, se você construir o tema em relação ao PIB.

A pergunta é: do ponto de vista do PIB, os 10% de investimentos — ou 6% agora —, na perspectiva do Planejamento, em 2019 vão se manter? Como ficará a relação entre PIB e investimentos na educação, recursos na educação? Será mantida ou não? Será reduzida ou não? Uma coisa é o congelamento dos gastos da educação por 20 anos; outra coisa é a relação PIB e educação. Se há crescimento do PIB, você mantém o mesmo valor ou você vai reduzindo o investimento da educação em relação ao PIB.

A Educação não é prioridade para o Ministério do Planejamento?

O terceiro ponto é sobre essa questão de aumento de pessoal.

Ministro Esteves, nós nos conhecemos, tenho profundo respeito por V.Exa. Agora, esse Governo do Michel Temer, quando começa a questionar a composição da despesa do MEC a partir de 2016, critica o aumento das despesas



com pessoal. Mas a grande virtude do MEC, a grande virtude do Ministério da Educação é investir em pessoal, é ter mais institutos federais, contratar professores para as universidades federais!

E o PNE propõe a contratação de professores, porque nós temos que colocar 40% a mais para ensino profissionalizante na área pública; temos que dobrar as matrículas do ensino superior — e metade no ensino público. Então, nós precisamos de mais professores, precisamos de mais pesquisadores.

O problema não é o percentual de 58%; o problema é a diminuição de investimentos nas despesas discricionárias. O problema não está no pessoal. Nós precisamos de médicos para o povo, nós precisamos de professores para o povo, nós precisamos de escolas técnicas federais, nós precisamos expandir o número de universidades federais neste País. Nós precisamos de mais cursos, para garantir o direito à educação. Ou vamos rasgar e colocar no lixo o PNE?

Então, para mim, a virtude do MEC está virando problema, está virando defeito, está virando crítica do Governo.

Portanto, o Governo está detonando e destruindo vários programas, como o PIBID, que forma professores. É uma excrecência o que o Governo está fazendo. Se pegarmos os dados do Ciência sem Fronteiras, que era uma experiência exitosa, veremos que esse programa está sendo desmontado. Vimos aumento de investimentos do MEC em uma única coisa: despesas com propaganda. Houve um grande aumento na área de propagandas: 54%. Nas outras áreas, houve diminuição.

Primeira pergunta: a Emenda Constitucional nº 95 vai continuar como diretriz desse Governo? Quero avisar a todos os Deputados que conseguimos assinaturas suficientes para revogar toda a Emenda Constitucional nº 95.

Segunda pergunta: como cumprir o PNE com esses cortes no Orçamento?

Terceira pergunta: aquilo que foi anunciado pelo Presidente da CAPES — que poderá, a partir de agosto do ano que vem, haver cortes de bolsas, e se visualiza inclusive o número de 200 mil —, vai ser mantido, ou o Ministério da



Fazenda refez os cálculos, refez o Orçamento do Ministério da Educação para 2019? Queremos saber, concretamente: os recursos da CAPES, do CNPQ, com corte orçamentário em vários outros programas educacionais, com o corte em programas de bolsas que citamos aqui, vão ser recuperados no ano que vem ou não vão ser recuperados?

A quarta pergunta é em relação à consolidação dos institutos federais. Os investimentos caíram pela metade; e caíram três vezes os investimentos nas universidades públicas federais. Falo de 2019, porque é o que cabe a esse Governo, já que no ano que vem teremos outro Governo, e com certeza o povo vai escolher um Governo que prioriza a educação brasileira. Vão ser retomados os investimentos no ano de 2019 nos institutos federais e nas universidades? Esta é uma pergunta concreta, além da continuidade da expansão dos cursos de cada *campus* aqui.

Ao concluir, quero dizer que o debate está aqui colocado, mas lamento a ausência do Ministro da Educação, porque eu queria fazer essas perguntas a ele. Como o Ministro da Educação não está aqui, eu as faço para o Ministro do Planejamento. Eu queria saber se o Ministro da Educação concorda com esses cortes todos vindos do Ministério do Planejamento relativos à bolsa de estudo para graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, formação de professores no País e assim por diante. Se concorda com o corte das despesas discricionárias que estão sendo propostas aqui e de não cumprimento do PNE. O Ministro da Educação deveria responder para nós aqui se concorda com o PNE ou se concorda com a Emenda Constitucional nº 95.

É um crime de lesa-pátria o que estão fazendo neste País, a partir da Emenda Constitucional nº 95. É o desmonte. É muito engraçado, porque ficou ouvindo que é limite de gasto. Vai haver menos gasto, se considerada a relação PIB, do que se gasta hoje com educação, e os bancos estão rindo da nossa cara porque está liberado para o setor financeiro. E, no Orçamento do ano que vem, vão colocar mais dinheiro nos bancos e menos dinheiro na educação? Essa é uma



coisa desgraçada. Estamos comprometendo o futuro deste País. Seis milhões de jovens estão fazendo o ENEM, querendo entrar na universidade, e os que estão estudando estão abandonando as universidades porque estão tirando bolsas dos índios, bolsas dos quilombolas. Estão tirando recursos dos pobres deste País, dos jovens deste País, e dando para banqueiros, em favor do chamado ajuste fiscal. Ajuste fiscal para beneficiar banqueiro, ajuste fiscal para fortalecer a concentração de renda, ajuste fiscal para uma agenda ultraliberal, na qual a educação deixa de ser prioridade pública e passa a ser mercadoria?

Ministro, farei a última pergunta. Eu falo assim, seriamente, porque fico indignado. Na escola pública, nos institutos federais e nas universidades vemos o sofrimento dos professores. Os jovens querem entrar na universidade, mas há todos esses cortes. Que país é esse que vocês estão construindo, quando a educação deixa de ser prioridade e passa a ser privatizada a maior parte da concepção educacional brasileira?

Pela revogação da Emenda Constitucional nº 95, pela implementação do PNE, contra os cortes principalmente na educação básica do País!

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço ao Deputado Pedro Uczai.

Passo a palavra agora para a outra autora do requerimento, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Antes de a Deputada Dorinha falar, eu queria definir um rito. Nós temos aqui oito Parlamentares inscritos e quatro entidades aqui presentes que irão fazer uso da palavra.

Estou pactuando aqui com o Sr. Ministro, para que tenhamos oportunidade até de dar as respostas devidas, sem acúmulo. Vamos fazer um bloco de quatro Parlamentares, duas entidades; depois mais quatro Parlamentares, duas entidades. Aí vamos separando...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Pois, não, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, como vou ter que acompanhar a sessão no plenário, que está começando agora e sou Líder da bancada, eu queria pedir a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Tem V.Exa. a palavra como Líder, então.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Será por pouco tempo, Deputada Dorinha. Eu peço desculpas. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Governo, eu tenho 3 minutos para falar e só queria — com a tolerância de V.Exa., logicamente — dizer o seguinte: o art. 214 estabeleceu o Plano Nacional de Educação. Eu fui o primeiro encabeçador do Plano Nacional de Educação, em 1998. Eu já propunha 10% do PIB. Mesmo assim, ele nunca foi executado, e agora tem o segundo Plano que diz que se estará num patamar de 7% até os primeiros 5 anos da aprovação, em 2014, e depois 10% do PIB. O Governo vai cumprir ou não o PNE? Não vai. Essa é a questão.

Segundo, Ministro: V.Exa. colocou um mapa ali sobre aumento de gastos com o MEC. Está exatamente aqui, a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados: em 2014 foram 108 bilhões de reais; agora, em 2017, 96 bilhões de reais. Então, na verdade, a sua curva, desculpe-me, não é a curva real. Diminuiu, cortaram os gastos com educação; cortaram.

E mais, essa provocação foi feita à Comissão. Este debate da Comissão de Educação diz respeito diretamente aos cortes gerais da educação, mais os cortes das bolsas da CAPES. Foi isso que provocou tudo: 200 mil bolsas; o fim, sem dúvida, da pesquisa, da inovação no nosso País. Duzentas mil bolsas: 93 mil



bolsas de pós-graduação, de doutorado, de mestrado, de pós-doutorado, bolsas de iniciação científica, apenas 580 milhões de reais. Essa é a verdade.

Como já disse o Deputado Pedro Uczai, é preciso que as pessoas entendam que, primeiro, ou se revoga a Emenda Constitucional nº 95, ou então vai haver mais cortes de gastos, e por muito tempo. Segundo, taxar grandes fortunas, grandes heranças, cobrar lucros e dividendos, acabar com as isenções fiscais dos ricos, do agronegócio brasileiro, dos bancos brasileiros. Disso não se fala, dos 389 bilhões de desonerações, de 510 bilhões de juros, Deputado Danilo Cabral. (*Palmas.*) É impressionante. Essa ninharia de 560 milhões de reais nós vamos cortar, como estão cortando o Benefício de Prestação Continuada, o auxílio-saúde, é lá embaixo, ou seja, o candidato do mercado, inclusive Geraldo Alckmin, disse na entrevista na *GloboNews* que vai privatizar a pós-graduação — é o começo da privatização das universidades públicas.

Concluo, Presidente, com o seguinte raciocínio: é preciso dar solução imediata para repor essa questão das bolsas. Há projetos tramitando aqui que precisam de urgência. Nós temos que sair daqui com um encaminhamento, no mínimo para isso. Em segundo lugar, vamos revogar a PEC do Teto dos Gastos Públicos. Isso aí é liquidação do futuro do Brasil. Só interessa aos banqueiros, aos latifundiários e aos ricos deste País. Este Governo, que rompeu com a constitucionalidade, que fez uma ruptura democrática no nosso País, se ele não foi cassado ainda, ele tem que ser cassado nas urnas, através dos "cinquenta tons de Temer" que existem aí nas candidaturas.

Por isso, vamos revogar a PEC do Teto e vamos resolver imediatamente o problema da ciência e da tecnologia no nosso País, pelo menos para repor essas bolsas imediatamente. A Câmara tem condições de fazer isso.

Presidente, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade e dizer que é preciso mobilizar o Brasil: o estudantado, o professorado, o povo brasileiro para dizer "não" a essa política de liquidação do Brasil. Essa é uma política de liquidação do Brasil. Fora, Temer!



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Passo a palavra agora à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, autora do requerimento.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Bom dia.

Quero cumprimentar o Presidente Danilo Cabral e agradecer ao Ministro a presença. Presidente, vou tentar falar dentro do meu tempo como Parlamentar, mas tenho também o tempo de Líder, volto a falar, se necessário.

Ministro, na sua exposição, V.Exa. faz uma referência ao aumento de recursos na área da educação. Mas parece-me que houve um grande equívoco, porque, no caso da educação, as despesas de pessoal, que V.Exa. menciona que têm crescido de maneira assustadora significam a ampliação de atendimento, de cumprimento de direito. Na medida em que tenho que abrir escolas, creches, universidades, institutos federais, o pessoal que cresce é aquele atende à demanda constitucional e ao direito do cidadão. Aparentemente, o MEC tem a tarefa de reduzir pessoal, sendo que, na verdade, o que nós vemos é um cumprimento, e ainda há milhares de crianças fora da escola, de jovens e adultos.

Olhando também todo o estudo orçamentário feito pela consultoria de orçamento, a redução do orçamento do Ministério da Educação não é recente, não é de 2 anos para cá. O Ministério da Educação vem perdendo o poder sobre as despesas obrigatórias e discricionárias ao longo dos anos. Começou em 2015, com uma redução de 2,5% no total — a educação básica sempre com o maior percentual de redução —, fechando 2014/2017, com uma redução de 22% no total de 9,5% do orçamento do MEC.

Obviamente, um Ministério que tem como política o grande atendimento à sociedade, o que é utilizado para a folha de pagamento, tende a crescer de maneira natural. Não só por aumento do atendimento, mas pelo crescimento vegetativo normal de folha. A nossa preocupação — eu acompanho o orçamento há muito tempo aqui na Comissão, como Secretária de Educação, e acompanho o



trabalho do Ministério — é a de que nós não teremos condições de garantir o que já está ofertado em termos de compromisso do Ministério. O Plano Nacional de Educação aparentemente é um documento de ficção, que ninguém dá bola para ele. No entanto, este País parou, envolvendo Estados, Municípios, professores para a construção de um plano estratégico para uma área de direito e também estratégica.

Sr. Presidente, gostaria de pedir que fosse adicionado o meu tempo de Líder, já estou com o ofício, para que eu possa terminar a minha fala. Creio que seja melhor.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. O Deputado Pedro Uczai mencionou a preocupação dele com o Plano de Ações Articuladas — PAR, nos últimos 2 anos. Na verdade, o PAR está paralisado há muito tempo. Há centenas de obras paralisadas que precisam ser retomadas, obras estas que foram contratadas há muito tempo, bem como há a necessidade de novas construções, creches e escolas.

Pergunto: olhando o orçamento e diante dessa perspectiva, nós vamos continuar com o orçamento congelado, e com obras que estão deteriorando. Muitas crianças estão estudando hoje em casebres, em estruturas sem nenhum tipo de condição, estruturas que poderiam sequer ser chamadas de escola.

Há dois aspectos que nós trabalhamos aqui na LDO. O primeiro deles tem por objetivo proteger o orçamento do Ministério da Educação, em especial as universidades que prestam um grande trabalho de extensão, de assessoria, de pesquisa a diferentes instituições e, com isso, arrecadam recursos. No entanto, na forma como o Planejamento tem tratado essa questão, esse recurso é limitado, ele não retorna para a pessoa que fez o serviço, para a instituição que realizou a pesquisa. Foi feito um acordo nesta Casa relativo à proteção desses recursos, que não entrassem dentro do limite. A instituição que mais presta serviços, que arrecada, acaba sendo, na verdade, penalizada, porque não recebe esse dinheiro



do orçamento público, que seria um *plus* no seu atendimento para melhorar o seu funcionamento.

Além disso, nós temos nas universidades brasileiras, instituições de ensino superior e profissionais de alta qualidade que desenvolvem pesquisa e inovação e que podem contribuir inclusive com o desenvolvimento social e econômico do País. Então, não é justo que essa instituição seja penalizada por ter arrecadado ou por ter prestado serviço, e isso tem sido feito no orçamento.

Esta Casa fez uma proposta orçamentária, e nós gostaríamos de ouvir sobre o não veto ao que foi colocado aqui na LDO, art. 59, § 12: trata-se de uma compensação fora do recurso do Ministério da Educação. Essa é uma das preocupações.

Tenho também preocupação com o FUNDEB. Sou Relatora da PEC do FUNDEB, fiz uma audiência pública com a presença de diversas representações. Inclusive, Ministro, V.Exa. foi convidado, mas não veio. Veio um representante do Ministério do Planejamento, um representante do Ministério da Fazenda, e penso que foi uma das piores audiências em que eu, como Parlamentar, tive que permanecer, porque, embora a educação seja uma área estratégica — e concordo com a fala de V.Exa., o País tem que dizer o que é prioridade, e entendo que a educação para qualquer lugar do mundo é prioridade, não só como garantia de direito, mas como instrumento ao desenvolvimento humano, a garantia da cidadania e inclusive ao desenvolvimento econômico —, o País parece não enxergar isso.

Deputado Pedro Uczai, gostaria inclusive de responder uma pergunta, embora não tenha procuração do Ministro Rossieli — eu já fui Secretária da Educação, bem como o Deputado Danilo Cabral e outros já foram Secretários da Educação —: é óbvio que ele não concorda. Talvez ele não tenha autonomia de fazer o que é necessário na área do orçamento da educação.

Por isso, não adianta nós trazermos aqui só o Ministro Rossieli para falar sobre a educação e cumprimento do Plano Nacional de Educação, uma vez que é



a estrutura de Governo, através do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, que define o recurso que ele tem disponível para cumprir suas obrigações, que define qual a prioridade da educação neste País, que define a situação de penúria em que hoje se encontra a educação básica, o ensino superior, os institutos federais, tendo que cortar despesas de água, luz, telefone — é o que todos nós fazemos —, tendo que cortar atendimento a bolsas, tendo que reduzir esse atendimento.

Eu gostaria de saber qual a perspectiva do Ministério do Planejamento em relação ao que foi aprovado na LDO, em relação ao Plano Nacional de Educação, em relação à definição de padrões de qualidade. Foi aprovado um documento no Plano Nacional de Educação com relação a prazos do Custo Aluno Qualidade — CAQ. Não nos interessa o nome, mas sim a garantia do direito de um aluno chegar a uma escola que possa ser chamada de escola, pois o que existe hoje neste País não é isso.

Nossa preocupação, acima de tudo, é que o MEC e todo o Governo, em parceria com Estados e Municípios, possam cumprir o Plano Nacional de Educação, que é estratégico.

Para finalizar, eu gostaria de fazer um apelo com relação a um dos poucos itens vetados no Orçamento de 2018. No relatório da Receita, haviam sido identificados 5 bilhões de reais fora do teto de gastos. Foi votada uma matéria nesta Casa, na Comissão de Orçamento e no plenário, em parte desse recurso seria utilizado para complementação do FUNDEB, sem nenhum prejuízo do que já estava destinado ao Ministério da Educação e do que já estava estabelecido dentro dos padrões obrigatórios do Governo, inclusive despesas primárias. No entanto, isso foi vetado. Pela primeira vez haveria mais de 10% de complementação. Se possível, Ministro, gostaria de ouvir a sua fala a respeito disso.

Agradeço a V.Exa. a presença e por ter se disponibilizado a vir a este debate.



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Como nós abrimos o precedente para o Deputado Ivan Valente, a Deputada Raquel Muniz também quer fazer uso da palavra pelo tempo de Líder. Assim, depois de a Deputada Raquel Muniz falar pela Liderança, eu passo a palavra a V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues.

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD - MG) - Quero cumprimentar os alunos que estão presentes hoje nesta Comissão — eles estão sempre frequentes e são o motivo de estarmos aqui discutindo.

Quero parabenizar os Deputados, por intermédio da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, da Deputada Dâmina Pereira e da Deputada Luiza Erundina. Nesta Comissão nós temos uma participação grande das mulheres, que são as grandes responsáveis pela educação neste País, especialmente na educação básica.

Agradeço a presença do Ministro do Planejamento, o Sr. Esteves; do Secretário de Orçamento, o George; e dos nossos consultores, que estão sempre presentes e nos ajudam a elaborar as leis deste País.

Quero dizer ao Brasil que nesta Comissão nós trabalhamos de uma maneira harmônica, porque todos nós defendemos a educação como bandeira principal. Estamos aqui presentes, neste período pré-eleitoral, para discutir os rumos da educação em 2019.

Sr. Esteves, Ministro do Planejamento, V.Exa. coloca, pela transparência apresentada acerca da despesa em manutenção e desenvolvimento do ensino da União, que é realizado um investimento em educação acima do mínimo constitucional. Quero fazer um relato importante do que vem acontecendo em alguns Estados do Brasil — o que não é diferente no meu Estado, Minas Gerais. Essa temática já foi falada pelos autores dos requerimentos para realização desta audiência pública, o Deputado Pedro Uczai e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que aliás é Relatora de uma PEC para tornar o FUNDEB



permanente. Essa PEC foi a uma Comissão desta Casa, onde ocorreram inúmeras audiências e debates. Nossa preocupação não é só tornar o FUNDEB uma política definitiva mas também aprimorá-lo, dada sua grande participação no Brasil.

Por unanimidade, todos que estiveram presentes nesta Comissão estabeleceram que é necessário que o FUNDEB se torne permanente. Essa PEC já está pronta para ser aprovada, mas, infelizmente, em face da intervenção no Rio de Janeiro, não conseguimos colocá-la para aprovação em plenário, mesmo com todo o esforço da nossa Relatora, a Deputada Professora Dorinha, e do Presidente da Comissão, o Deputado Thiago Peixoto, que é do meu partido.

Quero dizer que, como membro titular desta Comissão, nós temos levado aos Ministérios da Educação e do Planejamento as necessidades das nossas cidades, que é onde ocorre a vida. Concordo com muitas críticas que aqui foram feitas, mas quero dizer que restam alguns meses de Governo e ainda podemos fazer um esforço concentrado. A prova disso é a nossa presença como Parlamentares para participar desta discussão, juntos com o nosso Presidente Danilo Cabral.

Peço que, independentemente do Governo Federal que vai chegar, façamos um esforço para garantir recursos importantes para a educação.

Eu sempre trabalho com uma perspectiva de fiscalização, de acompanhamento, e trouxemos inúmeras experiências positivas nessa área. O mesmo recurso que é destinado a determinada cidade é levado para outra, mas às vezes não há um acompanhamento e esse recurso vai pelo ralo. Já foi estabelecido que os recursos do FUNDEB têm que ser levados aos Municípios, mas no Estado de Minas Gerais o Governo está retendo isso, e estão ocorrendo inúmeros problemas de atraso de pagamento de professor, uma coisa básica.

Lá também há problemas sérios de transporte escolar. Acabei de vir do norte e do noroeste de Minas, onde constatei, especialmente no norte, nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, onde a zona rural é muito grande, que há problemas com



estradas, mas agora há o problema de pagamento do transporte escolar. Eu acho que isso também faz parte da fiscalização do MEC.

Nós observamos que no ensino superior, uma vez aprovado um curso, especialmente nas instituições privadas, há todo um acompanhamento: de autorização, de credenciamento da instituição, de diminuição de vagas. É preciso que haja esse acompanhamento também para garantir especialmente a qualidade do ensino neste País.

A Câmara fez um esforço enorme, do qual eu participei, quando houve o corte do FIES. Nós imediatamente criamos uma Comissão Mista da Câmara e do Senado — eu fui membro dessa Comissão — e conseguimos que o FIES voltasse, um FIES mais responsável. Ainda que não tenha sido na quantidade que desejávamos, conseguimos entregar ao Brasil uma perspectiva de mais FIES.

Assustou-nos essa questão dos cortes agora, especialmente com relação à pesquisa. Eu acho que precisamos acompanhar mais isso.

Tenho trazido sempre os problemas dos institutos federais. Lá no norte de Minas não é diferente. Mesmo sabendo que está havendo um aumento dos gastos com pessoal, vemos instituições com estruturas fantásticas, com laboratórios, com cursos de alta qualidade, mas precisando de pessoal. Eu acho que ainda dá tempo para arrumarmos isso.

Sr. Ministro Esteves, eu tenho certeza de que os Parlamentares que estão aqui hoje têm uma responsabilidade verdadeira com a educação deste País, pois poderíamos estar nas nossas bases ou participando de outras discussões. E quando volto da minha base, volto com o sentimento de necessidade de investimento cada vez maior em educação. A educação transformou a minha vida: eu estudei em escola pública, e hoje sou Deputada, sou pedagoga, sou médica.

Na condição de Parlamentar, tenho a necessidade de dar uma resposta a esses problemas, e não só criticar. Não podemos ficar só abrindo e expondo mais a ferida: temos que cuidar dessa ferida. É isso que esta Comissão, junto com a nossa assessoria, tem feito. Entregamos ao Brasil o PNE, a reforma do ensino



médio, trabalhamos muito intensamente com relação ao retorno do FIES. Precisamos fazer cumprir a legislação!

O Ministério do Planejamento vai ajudar a fazer com que o Ministério da Educação possa cumprir seus objetivos, lembrando sempre da necessidade de políticas de fiscalização e de acompanhamento, para garantir que os nossos alunos não estudem debaixo de uma árvore ou que as professoras não trabalhem sem receber o seu salário. No meu Estado, Minas Gerais, o salário das professoras é parcelado, mesmo já garantido o recurso do FUNDEB para elas receberem regularmente em dia.

Deixo aqui também uma fala de esperança. Acho que temos que ter esperança. Junto com vocês, ainda neste resto de ano, podemos deixar para o Brasil uma resposta positiva para que possamos avançar na educação.

A Câmara Federal tem feito o seu papel, mas precisamos trabalhar juntos — o Governo Federal, a Câmara, o Senado e a população, os estudantes, que sabem o que sofrem nas suas cidades, onde a vida efetivamente ocorre.

Parabenizo-o, Ministro, porque vários convites são feitos, e o senhor veio aqui para trabalhar conosco e, com certeza, pela sua fala, deixar respostas para o Brasil, respostas que ainda podemos construir neste semestre.

Agradeço ao meu partido, o PSD, que me deu a oportunidade de representá-lo na Comissão da Educação como membro titular e que me deu a oportunidade, no meu primeiro mandato, de ser autora da PEC para tornar o FUNDEB definitivo e, mais do que isso, aprimorá-lo. Com a participação da nossa Relatora, a Deputada Professora Dorinha, e, na Presidência dessa Comissão, do Deputado Thiago Peixoto, que também é do meu partido, estamos deixando esse legado para o Brasil.

Ainda neste ano, aguardamos a aprovação dessa importante PEC, que, com certeza, vai ajudar o Brasil e esperamos que o Governo possa cumprir aquilo que estabelecemos aqui como lei.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço as palavras da Deputada Raquel Muniz.

Agora passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues. Como completaremos as inscrições de cinco Parlamentares após o pronunciamento do Deputado Edmilson, depois passarei a palavra a um representante das entidades presentes, o Gustavo Balduino, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Obrigado, Presidente.

Ministro Esteves Colnago, muito obrigado pela presença. Quero dizer que tenho respeito a todas as pessoas humanas, e não vou tê-lo como exceção. Mas algumas verdades, na minha visão, têm que ser ditas.

Por falar em verdade, eu quero me referir ao grande poeta João de Barros, que dizia que, para ele, na poesia a verdade podia ser inventada. Aliás, há uma poesia em que ele diz o seguinte: "*Repetir, repetir, até que a realidade fique diferente. Repetir é um estilo*".

V.Exa. tem consciência dos problemas: é um profissional de carreira, assumiu conscientemente o cargo de Ministro e, pela formação técnica e experiência profissional, sabe que ou nós tiramos da vida nacional essa Emenda Constitucional nº 95, ou nós vamos ter que criar verdades pela repetição, mas com uma tristeza, porque a verdade criada pelo poeta nos faz viajar, nos alimenta a alma, nos enriquece e nos deixa feliz. Mas, quando se tenta repetir para transformar em realidade a não realidade e quando a realidade é uma perversidade normativa que inviabiliza o futuro do País, isso não é poesia. Essa crueldade não pode ser admitida!

Não adianta Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras dizerem que há solução. Não há! Não se trata de V.Exa. não querer dar solução. O que eu creio — e cada um tem o livre arbítrio — é que V.Exa., como alguém de carreira, tendo ocupado o Ministério, poderia sair nobremente do Ministério dizendo a verdade



verdadeira, a verdade que é perversidade: que essa emenda constitucional que impôs limite aos gastos por 20 anos inviabiliza não só a educação, inviabiliza o País.

Eu fico pensando se vou fazer perguntas para as quais eu sei as respostas. Querem ver uma coisa? O orçamento do MEC para novos investimentos teve uma redução de 32%. Isso está no Orçamento: comparem a LOA de 2017 com a de 2018. Os investimentos eram de 6,6 bilhões de reais e foram reduzidos para 4,52 bilhões de reais. Com 32% a menos de investimento, como que se constrói creche, como que se constrói escola? Como se cumprem as metas do Plano Nacional de Educação, quando se investe 6% do PIB em educação, mas, pela lei aprovada em 2014, no quinto ano nós já deveríamos ter chegado aos 7%, e em 10 anos, no decênio do plano, deveríamos alcançar os sonhados 10% do PIB? Essa é a realidade.

Eu queria citar um dado sistematizado...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Concluo.

Há questões que nos doem muito. Uma é o Ministro falar em 2.500 bolsas — inclusive a Bolsa Permanência — no primeiro semestre, e nem uma ter sido homologada até agora para as comunidades quilombolas e indígenas e para outros segmentos que têm direito a uma política de assistência. Isso não é brincadeira! Não é admissível que diga que não há contingenciamento e não se tenha como pagar esse direito aos estudantes quilombolas ou indígenas, Ministro!

Eu concluo com este dado. V.Exa. mostrou um mapa de crescimento e de não contingenciamento da educação. Mas, de acordo com o Dr. Cláudio Tanno, da Consultoria Legislativa, se entrarmos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal — SIAFI, vemos que, de 2015 a 2018, nós



perdemos 10,4 bilhões de reais em termos de despesa, inclusive de restos a pagar. Como não houve contingenciamento se há 10,4 bilhões a menos?

Para mostrar que isso não é um problema financeiro, mas um problema político, só a Shell/Total tem benefícios de mais de 1 trilhão de reais até 2040. O REFIS chegou a 240 bilhões de reais. Os latifundiários legislaram em causa própria: só para Deputados e Senadores foram de 3 bilhões de reais com o REFIS aprovado, além dos 18 bilhões de reais para quem não quis pagar a previdência dos trabalhadores rurais e se autobeneficiou legislando em causa própria aqui.

Então, tem que fazer política a favor do País e não do grande capital e de uma canalhada que usa o poder para destruir o futuro do nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço as palavras do Deputado Edmilson.

Após as intervenções dos representantes da ANDIFES e da UNE, nós fecharemos este bloco para que o Ministro se manifeste. Depois, retornaremos no segundo bloco com outros Parlamentares e entidades.

Com a palavra Gustavo Balduino, representante da ANDIFES.

O SR. GUSTAVO BALDUINO - Muito bom dia a todos!

Queria cumprimentar o Deputado Danilo Cabral e os demais Parlamentares desta Casa de forma muito especial e enfática, porque mostram a prioridade da educação. Neste momento eleitoral, eu estou em Brasília debatendo um tema relevante, que para o País talvez seja muito mais importante. Queria cumprimentar também o Ministro pela sua disposição de estar presente nesta manhã debatendo um tema relevante e todos os educadores que estão acompanhando esta sessão aqui e pela mídia.

Sr. Ministro, eu queria reiterar um aspecto que já foi dito por Parlamentares que me antecederam para poder não se configurar uma ideia e uma cultura equivocada. Tentam transformar virtude em vício. A expansão das universidades e a contratação de pessoal nos permitiram dobrar o número de alunos nas



universidades nos últimos 6, 7 anos. Não foi simplesmente contratar servidores, docentes ou técnicos. Foi, na verdade, botar mais alunos egressos da escola pública, negros, brancos, quilombolas dentro da universidade brasileira federal, pública, gratuita e de qualidade.

Nos últimos 5 anos, nós podemos arredondar o número, empregamos mais de 500 mil profissionais graduados nas federais. Qual é a contribuição que esses 500 mil dos profissionais dão para o nosso PIB? Essa pergunta tem que ser feita, porque, ao falar do dinheiro que se aloca para a educação e para as universidades, se esquece o que ela gera de receita para este País, de desenvolvimento para este País. Então, é importante nós termos claro que a virtude de ter expandido não pode ser confundida com o vício de ter servidores públicos desnecessários. Ao contrário, todos eles são muito necessários.

Há outro aspecto que é importante nós debatermos também. Nós estamos agora em meados do segundo semestre em plena campanha eleitoral. Na expectativa do senhor, o próximo Governo vai pegar um orçamento apresentado agora e vai cumpri-lo integralmente, silenciosamente, ou o Governo eleito, os Parlamentares eleitos vão se debruçar sobre esse orçamento e fazer um orçamento real para ser executado no ano que vem?

Do alto da sua competência técnica, aqui muito bem lembrada por vários Parlamentares, o senhor acredita que é possível o País, o Brasil concretamente viver 20 anos com a Emenda Constitucional nº 95? Há viabilidade civilizatória com 20 anos da Emenda Constitucional nº 95? Se não é possível, por que ela foi feita com 20 anos?

Em relação ao PNE, que não é uma demanda de educadores, não é uma demanda de mães que precisam colocar seus filhos na creche, é uma demanda da sociedade, mais do que isso, é uma lei com previsão constitucional, ao não cumprir uma lei, há um crime de responsabilidade a ser analisado? Quem é o responsável por isso? Há alguém cometendo crime de responsabilidade por não cumprir as metas do PNE?



Em relação à LDO, já foi dito também, mas é importante ressaltar, é uma questão mínima de preservar a educação ou aquilo que foi aprovado nesta Casa e respeitar o Congresso Nacional.

Por fim, o senhor, avaliando o orçamento, prevê ou vê a possibilidade de aumento para o Judiciário e Ministério Público no ano que vem?

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Agradeço as palavras do Gustavo.

Para a última fala deste primeiro bloco, eu passo a palavra para Marianna Dias, Presidente da UNE.

A SRA. MARIANNA DIAS - Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Presidente Deputado Danilo Cabral e agradecer-lhe o convite e o espaço; cumprimentar o Ministro do Planejamento e em especial todos os estudantes que vieram lutar pelos seus direitos e pela universidade pública. Eu creio que é ímpar nós contarmos com a juventude brasileira, que não abre mão dos seus sonhos e que acredita que a universidade é o futuro do nosso País.

Eu quero aproveitar o curto espaço de tempo para falar um pouco da situação muito difícil que a universidade pública tem vivido. Os reitores denunciam de forma recorrente a dificuldade que a universidade pública tem tido de funcionar. Os quilombolas e indígenas tiveram seu direito à permanência estudantil retirado. Nós estamos retrocedendo de uma forma muito absurda e caminhamos para inviabilizar projetos que foram criados pela luta popular dos estudantes e dos setores da educação.

Sem assistência estudantil, Ministro, nós não podemos ter uma política de cotas bem-sucedida, e os cortes na educação influenciam diretamente nesse processo. Nós vemos dizerem aos quatro cantos que o Brasil vive uma crise econômica, por isso é preciso fazer cortes no Orçamento da União. Mas, Ministro, por que o Governo insiste em tratar a educação como um gasto? A ANDIFES acabou de dizer aqui que educação é investimento, dá retorno para o Estado brasileiro.



Nós estamos num processo muito grande de luta para que a LDO possa ser sancionada da forma como está, por que não fomos nós que criamos o teto de gastos públicos. Não foi o setor da educação que o criou. A PEC da Morte corta em setores estratégicos, e foi o Governo Federal e sua base aliada quem criou esse problema.

Nós não podemos inclusive pagar pela criação dessa PEC. A educação é muito estratégica. Nós fizemos há 20 dias um protesto em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo. Nós fomos lá justamente para questionar e dizer que esse abacaxi, Ministro, nós não podemos descascar. Nós não temos condições de fazer com que a educação pública pague pelo teto de gastos, principalmente porque foi dito aos quatro cantos, pela base aliada do Governo inclusive, que a educação não entraria no teto de gastos.

Por isso, como é muito difícil encontrar o Presidente da República Michel Temer, nós trouxemos aqui hoje o símbolo da nossa luta, que eu queria de forma respeitosa pedir que o senhor, como porta-voz do Governo Federal, pudesse entregar a Michel Temer. *(Palmas.)*

Eu trouxe um abacaxi para dizer que esse problema não é da educação. Esse problema não é da universidade pública, e nós não podemos descascá-lo.

De forma respeitosa, eu peço que o Ministro possa entregá-lo a Michel Temer como um presente dos estudantes brasileiros que lutam por uma educação de qualidade, que se preocupam com o futuro do País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Concluído este primeiro bloco, nós vamos passar a palavra ao Sr. Ministro, para que ele possa responder às indagações. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Vamos lá! Há um conjunto grande aqui de questionamentos, coisas levantadas.



Com relação à LDO, em respeito ao Presidente, eu vou me abster de falar. Deve sair hoje o posicionamento do Presidente, o que ele entendeu que deve ser mantido ou não dentro da LDO.

A sociedade tem um limite que estaria disposta a pagar em termos de tributação. Há um limite que as pessoas estão dispostas a pagar de tributos, taxas. Nossa tributação é muito elevada. Nós podemos mudar a composição da tributação. Não temos nenhuma dúvida disso. Entendemos que podemos mudar a composição da tributação, mas nosso nível de tributação é muito alto. As pessoas hoje pagam muitos impostos. Elevar os impostos para fazer frente a mais despesas não é uma saída boa. Nós vamos perder produtividade, vamos perder competitividade. Então nós precisamos, dentro daquilo que hoje já tributamos, ganhar produtividade, produzir mais com aquilo com que nós hoje tributamos à sociedade. Existe um limite nesse sentido.

Dado isso e o limite que eu tenho, o Governo precisa priorizar os seus gastos. Onde ele vai alocar os recursos que hoje toma da sociedade? Podemos alocar em investimentos em professores? Podemos e estamos alocando. Isso é muito importante. Podemos alocar em outro tipo de investimento? Podemos e estamos fazendo isso. Só que existe um limite a ser feito. Por quê? Porque eu tenho um volume total a ser arrecadado, a ser tributado da população. Então, eu preciso, dentro desse meu limite, melhor alocar.

Hoje, sem entrar no mérito se é bom ou não, há um crescimento das despesas obrigatórias, como previdência, servidores, gastos de manutenção de contas em bancos. Enfim, há um conjunto de despesas obrigatórias, que o Governo vem fazendo ao longo do tempo. Isso está tirando espaço para que despesas discricionárias ou despesas de políticas de governo possam ser feitas. Então, essa é uma discussão que precisa ser feita pelo Congresso e pelo Governo de uma forma geral.

O que é prioritário na alocação? A educação sempre foi uma prioridade. Se vocês olharem os gráficos do Orçamento, que são informações públicas, verão



que o Orçamento cresce desde 2010 até 2018. Vai crescer em 2019. Não há sombra de dúvida. Ele vai crescer. Agora, a composição dele eu não sei como vai ser. Porque a despesa obrigatória cresce, talvez haja alguma restrição ou limitação na despesa discricionária.

Agora, o Orçamento de 2019 não está pronto. É um Orçamento em discussão. Nós estamos discutindo com o Ministro da Educação, como estamos discutindo com todos os outros Ministros. Ele vai passar aqui pelo Congresso, que vai ter oportunidade de aperfeiçoá-lo. Então, aquilo que sai do Executivo não é uma coisa definitiva. Pode ser ajustado dentro do Congresso. Nós estamos dentro do Executivo buscando os espaços que são possíveis, para que os Ministérios tenham o melhor orçamento possível.

Mas, obviamente, o Congresso Nacional vai fazer os seus ajustes, vai fazer as suas contribuições. Então, a peça hoje não existe. Qual é o Orçamento de 2019? Ele não existe ainda. Ele não existe. Ele está em construção. E o Ministério do Planejamento não desce em detalhes.

Eu apresento um volume de recursos para o Ministério, e todos os Ministérios alocam dentro das suas disponibilidades, dentro das suas funções. Historicamente, o Ministério da Educação aloca um terço do seu orçamento em ensino superior. Pode mudar isso? Pode mudar, mas é uma decisão que cabe ao Ministro da Educação. Não cabe ao Ministro do Planejamento decidir como vai ser alocado, como vai ser feito.

Com relação à emenda constitucional, ela é importante. Ela é importante por quê? É ela que cria essa necessidade de nós discutirmos o que é essencial dentro do Orçamento. Muitas coisas são importantes, mas o que é efetivamente mais importante? Nós como sociedade precisamos criar o hábito de definir: isso é mais importante, A é mais importante do que B, que é mais importante do que C. Hoje tudo é muito importante. Então, não se tem prioridade dentro do Orçamento. É fundamental que se priorize. Se o recurso é escasso, é importante que se priorize.



É necessário, então, que essa discussão seja feita. E o melhor *loco* para fazer essa discussão, o melhor local, é o Congresso. O Congresso é o melhor local para se discutir o que é prioritário, o que pode ser feito, dado o nosso Orçamento. *(Pausa.)*

Com relação ao PAR, nós estamos discutindo também com o Ministério das Cidades o orçamento do Ministério das Cidades. O PAR está dentro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Ah... Achei que fosse o Programa de Arredamento Residencial.

Estamos discutindo com o Ministério da Educação o seu orçamento total. Estamos discutindo, mas quem vai alocar mais recurso e decidir para onde vai é o Ministro da Educação, não é o Ministro do Planejamento. Bom, o que é? Nós estamos aqui — e é importante também chamar a atenção para isso — no quinto ano consecutivo de déficit. Nós não estamos com superávit. Nós estamos tomando emprestado todo ano, para poder cobrir o nosso Orçamento, e vamos continuar tomando emprestado por pelo menos mais 3 anos.

Então é importante que se tenha uma credibilidade junto a quem nos empresta de que a nossa situação fiscal é equilibrada; de que, no médio e longo prazo, ela permite que eu retorne o recurso. Então, isso acontece conosco na nossa casa. É importante que nosso orçamento seja equilibrado, e é importante que o orçamento do Governo também seja equilibrado. Nós estamos há 5 anos em desequilíbrio. Vamos completar 8 anos, talvez 10 anos em desequilíbrio. Isso não pode acontecer. Portanto nós precisamos realmente olhar e priorizar.

Foi citado pela Deputada um caso em que há atraso no pagamento de professores. Isso não é um caso isolado. Alguns Estados e vários Municípios hoje têm uma dificuldade enorme em manter os seus pagamentos em dia, o pagamento dos seus servidores. Por quê? Porque o desequilíbrio fiscal chegou a tal ponto que eles não conseguem mais pagar.



Então, a pior coisa que pode acontecer é você não saber se vai receber o salário, se vai receber o salário em dia, se vai receber em duas vezes, em três vezes, em quatro vezes, enfim, quando vai receber.

É preciso fazer um ajuste fiscal, antes que isso aconteça. Nós estamos caminhando para isso. Hoje há Municípios que são gestores de folhas de pagamento. Os Estados estão virando gestores de folhas de pagamento. E o que sobra para fazer política? Nada! Nada! Nós não podemos chegar a esse ponto. Precisamos adotar medidas, antes que isso aconteça.

Em relação aos benefícios tributários, estamos dispostos a fazer a discussão. Há um excesso de benefícios tributários. Isso já foi falado, nós estamos falando sobre o assunto. Inclusive há um dispositivo, proposto pelo Congresso, que trata da redução dos benefícios tributários de 4% para 2% do PIB em 10 anos. Temos que discutir isso. Temos que ver o que pode ser feito.

Quanto ao descumprimento de leis mencionado pelo representante da ANDIFES, eu registro que não se pode cumprir uma lei descumprindo outras leis. Há um conjunto harmônico de leis aprovado por este Congresso. Há leis aprovadas aqui que descumprem claramente outras leis, que descumprem a Constituição. Então, a qual lei se deve obedecer? Tem que haver harmonia de leis: não se pode cumprir uma lei, descumprindo outras três, quatro leis. Tem que haver cuidado com o que é aprovado aqui. Tem que haver essa harmonia.

De certa forma, eu falei sobre tudo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Vamos retomar as inscrições.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - O Ministro acabou de declarar que, de fato, não é ele o responsável por essa austeridade fiscal, portanto, pelos cortes na educação brasileira, sobretudo, no ensino superior.

Por isso, não faz sentido que esteja respondendo pelo Ministério da Educação o Ministro do Planejamento. Quem deveria estar aqui era o Ministro da



Educação, o Ministro da Ciência e Tecnologia. A ciência e a tecnologia também estão sendo afetadas por esses cortes.

A política de austeridade fiscal afronta, inclusive, a Constituição Federal, no que se refere à educação como um direito social, conforme consta do art. 6º da Constituição Federal. No ano em que se completam 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, exclui-se a educação de um dos direitos fundamentais, consagrados há 70 anos pelas nações democráticas do mundo, Ministro.

Há países que adotaram uma política de não ajuste fiscal e países que sofreram crises fiscais, como os Estados Unidos e vários países da Europa. Ao invés de eles adotarem uma política de austeridade fiscal, de ajuste fiscal, penalizando exatamente a população, eles ampliaram seus investimentos, investiram nas políticas públicas, nas políticas sociais. Com isso, esses países reverteram esse quadro. Especialmente a Inglaterra e os Estados Unidos reverteram em 3 anos os efeitos perversos da crise fiscal. O Brasil está na contramão dessa política. É preciso investir para dinamizar a economia, para gerar emprego e renda e, conseqüentemente, para desenvolver o País.

Um país que baseia o seu projeto de nação, o seu projeto de desenvolvimento nacional em política fiscal não merece respeito, porque compromete o futuro da nação, compromete as atuais e as futuras gerações. Está-se desrespeitando a Constituição e a lei federal que estabeleceu o Plano Nacional de Educação, seguindo, inclusive, uma decisão constitucional. O art. 214 da Constituição define que a área da educação deve estabelecer um plano decenal com metas, estratégias, medidas e políticas que apontem para o desenvolvimento do País, e não para a sua paralisação.

E tudo isso tem como causa a PEC da Morte, a PEC do Fim do Mundo, como a população a está tratando. É injusto! É insuportável! Se é desconfortável, como disse o Ministro, a situação fiscal do País, é ainda mais desconfortável e mais atentatório aos direitos humanos, aos direitos sociais, aos direitos à educação,



que serve de base para o País se desenvolver. A expansão da educação se deu, a partir do ano 2000, de forma bastante significativa; e, a partir de 2015, exatamente no início deste Governo ilegítimo do Temer, houve o corte. E esse corte favorece, evidentemente, a privatização do ensino superior no Brasil. Isso é mais uma subserviência do Brasil ao mercado financeiro e um descompromisso com o desenvolvimento e a soberania nacional.

E isso, Ministro, é algo que os brasileiros não aceitam e não toleram. O Congresso Nacional, particularmente a Câmara dos Deputados, vai investir contra isso, junto com os educadores, junto com os estudantes. Quem está sendo atingida, Ministro, é a juventude de 14 a 18 anos. Havia uma meta de 50% em matrículas para essa faixa de idade no Plano Nacional de Educação.

Portanto é necessário que o Ministro venha aqui dar explicações ao Congresso Nacional, senão o Congresso vai agir com suas próprias prerrogativas, com o seu próprio poder para impedir que se cometa esse crime contra o País, contra a soberania nacional, contra o futuro da Nação brasileira, contra as gerações que se sucederão à atual, que também já está profundamente atingida e prejudicada por essa medida de força de um governo ilegítimo, de um governo corrupto, de um governo fruto de um golpe.

Era o que eu tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, e o faço também por esta audiência, pela iniciativa que teve a Comissão de Educação de aprovar a vinda do Ministro, a quem cumprimento e também os demais colegas, em especial os estudantes, os pós-graduandos que honram a nossa Casa com a sua presença. *(Palmas.)*

É um prazer recebê-los e é um prazer vê-los lutando pelo futuro da educação do País.



Evidentemente, Ministro, é fundamental enfrentar a situação fiscal do Brasil. V.Exa. tem razão ao dizer que tem que se encontrar uma saída, mas o que o Governo Temer conseguiu foi criar uma armadilha para o Brasil e o colocar nessa armadilha. E essa armadilha se chama Emenda Constitucional nº 95, de 2016. É uma armadilha que ameaça o futuro do País.

E V.Exa. sabe muito bem que essa não é a única saída possível. É o contrário: no meu entendimento não é a solução, mas um problema. Há muitas outras linhas, muitas outras possibilidades de se enfrentar a situação fiscal que não a de se criar esse garrote para o futuro do Brasil, que é esta emenda constitucional. Ela tem que ser revogada! Ela será revogada pelo próximo Congresso. E eu espero que seja eleito um Congresso à altura das expectativas, dos desenhos e dos sonhos do povo brasileiro.

Hoje é o último dia para o Presidente sancionar ou vetar a LDO. E na impossibilidade de dizer isso cara a cara para o Presidente mais impopular da história deste País, ilegítimo, eu peço a V.Exa. que diga a ele para não vetar o art. 22 da LDO. (*Palmas.*)

Espero que ele tenha o mínimo de dignidade de sancionar a LDO, sem vetar o art. 22, que protege minimamente os gastos, os investimentos, melhor dizendo, com educação, ciência e tecnologia no País.

Este Governo já estragou o presente do Brasil. O Brasil vive um péssimo momento. Este Governo não tem o direito de estragar o nosso futuro, não tem o direito de sacrificar o futuro da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Pesquisa, ciência, tecnologia, inovação, educação não é algo que se possa interromper num estalar de dedos e, no momento seguinte, decidir recomeçar tudo. Cortar 93 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado é um crime contra o futuro da ciência e tecnologia no Brasil. Não há saída para um país que passe por isso. Nós não aceitamos ser eternamente um país exportador de *commodities*, nós queremos produzir conhecimento. E aqueles que vão produzir conhecimento estão



aqui nesta sala. São esses estudantes que têm de ter o direito de construírem suas vidas apostando na pesquisa. *(Palmas.)*

Portanto, se os senhores cometeram o gravíssimo erro de aprovar, lamentavelmente com a anuência deste Congresso — e isso é uma vergonha para o País —, a Emenda Constitucional nº 95, enquanto nós não a revogamos, eu faço um apelo a V.Exa., que é um servidor de carreira, concursado, analista do Banco Central. Este Governo passará. V.Exa. tem uma história e há de ter um futuro. Faça um apelo ao Presidente Michel Temer para que não sacrifique a educação brasileira, a ciência e a tecnologia. Diga a ele que respeite minimamente os professores que estão fazendo a iniciação à docência, que respeite o programa de formação nacional de professores, a residência pedagógica, os mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos do Brasil, que respeite o que já se fez e o que se precisa fazer por ciência e tecnologia, para que o nosso País construa um outro futuro para si mesmo.

É o apelo que eu, preocupadíssimo com o futuro do Brasil, deixo a V.Exa., Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero parabenizar a Flávia Calé e, por seu intermédio, todo o pessoal da ANPG — Associação Nacional de Pós-Graduandos que toma posse hoje na nova gestão. Já fizemos um ato aqui em frente à Câmara hoje, em razão da posse festiva e de luta da nova gestão da ANPG. Também parabenizo a Marianna Dias, Presidente da UNE — União Nacional dos Estudantes, e todos os estudantes aqui presentes.

Começo a minha fala, Ministro, dizendo que este é um governo que termina mais melancólico do que a forma como passou; é um governo, com todo o respeito aos que compõem o Ministério hoje, que se preocupou em montar um time para apagar a luz ao final do Governo, enquanto os Ministros vão disputar



eleição por aí e tentar permanecer no poder nos próximos 4 anos; é um governo que deu um golpe para se estabelecer, cortar a linha de continuidade de Governos que vinham mudando a história deste País, particularmente a história da educação, da ciência e da tecnologia. Foi um golpe na esperança de um povo, que via que o seu país estava deixando de ser um país do futuro para ser um país do presente.

Mas a realidade está colocada, Ministro, e eu queria registrar dois pontos. Primeiro, nós temos o pedido de urgência do Projeto de Lei nº 5.876, de 2016, que destina 25% do pré-sal para ciência e tecnologia. Nós estamos falando, Ministro, em 2,2 bilhões de reais, que atualmente são usados pelo Governo para pagar Restos a Pagar e dívida com os bancos, mas que deveriam estar sendo investidos naquilo que foi a razão da criação do Fundo Social, ou seja, em políticas estruturantes para o futuro do País.

O segundo é o Projeto de Lei Complementar nº 358, de 2017, que torna o FNDCT — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em fundo financeiro. Deixa de ser fundo contábil e passa a ser fundo financeiro. Também, neste ano, dos mais de 4 bilhões de reais do FNDCT, menos de 2 bilhões estão indo efetivamente para a ciência; e o restante, mais de 50%, estão indo para pagar dívidas com o banco, Restos a Pagar e custeio deste Governo ruim que nós temos em nosso País.

E por que digo isso a V.Exa.? Porque o seu Ministério já emitiu duas notas técnicas, posicionando-se contra a aprovação desses projetos. Ora, esse é um dinheiro que existe! É um dinheiro que está aí depositado, que está sendo usado para financiar os erros dessa gestão. E nós queremos que ele seja destinado àquilo para o qual foram formados os dois fundos, tanto o Fundo Social do pré-sal, quanto o FNDCT, que é para financiar a ciência brasileira, para financiar a educação brasileira, para financiar a construção de conhecimento brasileiro.

Então, Ministro, nós estamos pedindo a V.Exa. que reveja essas duas notas, envie essas notas técnicas à Câmara dos Deputados, dizendo que sim esses



projetos são meritórios, eles podem ajudar a ciência e a educação brasileira a funcionarem nos próximos anos, injetando recursos de uma forma vigorosa para o setor e permitindo que nós tenhamos editais universais, editais de pesquisas, investimento em infraestrutura na educação brasileira nos próximos anos.

Esse é um papel que está nas suas mãos, Ministro, o de enviar essas notas aqui à Câmara, assim como já enviaram duas notas se manifestando contra a aprovação desses dois projetos que estão sobre a mesa da câmara, pedindo a votação de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, só quero dar um informe. Estão inscritos aqui, depois do Deputado Celso Pansera, que acabou de falar, os Deputados Darcísio Perondi, Chico Alencar e Glauber Braga, a Deputada Rejane Dias, o Deputado Aliel Machado e os representantes das instituições que ainda faltam se manifestar: a CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a ANPG — Associação Nacional de Pós-Graduandos e a UBES — União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Passo a palavra agora ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) - Quero cumprimentar o Presidente da Comissão pela audiência e saudar o Ministro do Planejamento, Esteves Colnago, junto com a sua assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Deputado Perondi, quero só fazer uma pergunta. V.Exa. vai usar o tempo da Liderança ou só os 3 minutos?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) - Sim, vou usá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Então incorporo o tempo da Liderança.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) - Seria bom que houvesse dinheiro à vontade, mas não há! O Ministro Esteves colocou como está a situação financeira do País. Há um buraco fiscal.



Por que buraco fiscal? Nós gastamos muito nos últimos 5 anos, principalmente nos anos do primeiro Governo da Dilma e em 1 ano e meio do segundo. Disparou o gasto, disparou o gasto! Ficou sem controle! Gastou muito mais do que arrecadou. Isso acontece também com o nosso dinheiro. Quando gastamos mais, pedimos para o pai, para o tio, fazemos empréstimo. E o Governo Federal gastou demais! Gastou inclusive com educação! Isso até é respeitável. Expandiu universidades públicas e IFs. O que não é respeitável foi a sangria do FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, que chegou a quase meio trilhão de reais, o que agravou o buraco fiscal do Governo; e eu não vejo aqui ninguém se manifestar a respeito dessa sangria. Esse valor do FIES tem que ser pago e está no custo do Governo. Quase meio trilhão de reais foi a farra do FIES para as universidades privadas. Não me refiro às comunitárias, mas às privadas. Isso tem um custo. Isso consta do custo primário, do déficit primário do Governo. Foi mais do que o Governo deu para um seleto grupo de empresas nacionais e internacionais, com juros subsidiados, nos últimos 10 anos. E refiro-me aos últimos dois Governos. Foram juros baratinhos, uma farra de dinheiro! No FIES, foi mais do que isso. Do BNDES, foram para as empresas 400 bilhões; do FIES, foram 500 bilhões.

Então, levou a um buraco fiscal a ganância dos dois últimos Governos, que ninguém lembra. Na área da educação, valeu, mas a do FIES não — a do FIES não! E a Oposição hoje fica quieta.

Qual foi a outra questão do buraco fiscal que o Ministro falou hoje aqui com muita clareza? O buraco da Previdência pública.

Há 2 anos, a ANFIP questionou a existência do déficit da Previdência na área pública. Disse que não havia déficit, insistiu, insistiu, mas admitiu, em seu livro de 2017, lançado em março de 2018, que houve déficit, o que nós já dizíamos antes.

De quanto é esse déficit? É astronômico. De 2002 a 2015, houve a maior transferência de renda do Tesouro Nacional para um grupo. Com certeza, a



maioria que está aqui pensou no Bolsa Família. Transferência de renda? Bolsa Família! Num país com tanta desigualdade social, que bom que há um programa como o Bolsa Família! E agora nós reajustamos o valor do benefício em 12% — estava há 2 ou 3 anos sem reajuste. É um programa essencial. Mas não é o Bolsa Família. Dados do IPEA e do Banco Mundial mostram que essa transferência foi destinada a 2% da população, um seleto grupo de funcionários públicos. O valor de 1 trilhão e 200 bilhões de reais saiu do Tesouro Nacional para pagar as aposentadorias legais e legítimas, sob o ponto de vista de lei, de Juízes, Promotores, Ministros, Deputados, Senadores — todos que ganham muito bem, acima de 10 mil reais. São aposentadorias legais, no valor de 1 trilhão e 200 bilhões de reais.

Nós tentamos fazer a reforma da Previdência na área pública, e não conseguimos. E o déficit vai ser crescente nos próximos anos se não mexermos com os altos privilégios do serviço público. Com todo o respeito, com todo o reconhecimento aos funcionários públicos — eu o fui também —, o privilégio é tão grande que suga dinheiro de áreas que precisam: saúde, educação, ciência e tecnologia.

Vou repetir o dado: 1 trilhão e 200 milhões de reais. Quando fiz o curso sobre a Previdência com os consultores da Câmara, eu pedi: *"Chequem esses números. Eu não acredito que seja isso"*. E eles mostraram que sim, que eram esses números. Isso leva a um buraco fiscal.

E foi necessária a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, para reduzir o gasto, senão o País quebraria logo ali adiante, assim como uma empresa quebra, assim como nós quebramos em nossa vida privada, em casa. Foi instituído um limite de gastos para todos os Poderes. Criou-se uma porta de piso mínimo para a educação e para a saúde.

Pouca gente entendeu isto, mas a escada ficou. Há um piso mínimo para a educação e para a saúde, mas esse valor pode ser elevado. Os outros Poderes estão berrando porque têm uma caixinha de dinheiro, ao qual somam a variação



da inflação do ano anterior e pronto. Se não for assim, o orçamento vai estourar e, daqui a 5 ou 10 anos, não vai haver dinheiro nem para pagar os funcionários públicos.

É grave o quadro fiscal, tanto é que a Presidente Dilma, quando mandava a prestação de contas do ano anterior, admitia e alertava para a gravidade do buraco fiscal. Só que ela acordou tarde. Acordou já nos últimos 2 anos de seu Governo, quando o Brasil já estava numa depressão severa. Era menor a arrecadação, havia a desgraceira do desemprego, e tudo piorou. Então, foi necessário instituir o teto de gastos. Muita gente não gostou, mas isso segurou a economia do País neste momento e está segurando as contas públicas, que vão fechar este ano ainda com um déficit de 159 bilhões de reais.

O Governo Lula entregou ao Governo Dilma uma sobra de recursos, um superávit de cerca de 150 bilhões de reais. Olhe, eu fazia oposição ao Governo Lula, mas reconheço que ele fez bastante. Estão aí as universidades e tudo o mais. Aí, entrou a Sra. Dilma, que, em 5 anos, gastou os 150 bilhões de reais da sobra que recebeu e gastou mais 150 bilhões de reais, o que levou o País a um buraco fiscal sem precedentes — sem precedentes! E foi preciso instituir o teto de gastos e um controle rigoroso sobre as contas públicas. Mas o dinheiro para saúde e educação aumentou. *(Manifestação na plateia.)*

É só olhar os números! É óbvio que eu quero mais. O Ministro da Educação quer mais. Aliás, está discutindo isso com o Palácio e com o Planejamento, até o fim do ano. O suposto corte é para o orçamento do ano que vem, e não para o deste ano. Vou repetir: o suposto corte é para o ano que vem, e não para este ano. É bom esclarecer isso.

Não sei se vocês observaram que, neste ano, o orçamento da educação é de 103 bilhões de reais, e o Governo já empenhou 77,5 bilhões de reais. Falta empenhar 26 bilhões de reais, que não foram contingenciados. Falta apenas empenhar! Em 2014, o orçamento da educação era de 84 bilhões de reais, com



todas as universidades e os institutos instalados. E o orçamento agora, 4 anos depois, com 2 anos deste Governo, é de 103 bilhões de reais.

Na LDO de um ano, discutem-se os recursos do ano seguinte. E o Governo não mandou a proposta de orçamento para o ano que vem. Então, há espaço para se discutir e conversar. E este é um Governo de diálogo, que está ouvindo, sim, o MEC, o Planejamento e as entidades.

Agora, precisamos de uma reforma da Previdência que mexa com os altos salários, com uma regra de transição, acabando com a possibilidade de que um promotor ou um fiscal da Receita Federal se aposentem com 52, 53 anos de idade e recebam 30 mil reais por mês por mais 40 anos. Se nós não fizermos essa reforma da Previdência do setor público, essa situação vai piorar ao longo dos anos. O Governo está obedecendo à Constituição Federal e está aberto ao diálogo.

Neste ano, o gasto com educação seria de 103 bilhões de reais. O Governo, pelo teto de gastos, aumentou esse montante em 4 bilhões de reais, e ele foi para 107 bilhões de reais. Somando os 20 bilhões de reais do FIES, o Governo vai gastar, neste ano, 132 bilhões de reais com educação.

Cumprir o investimento de 10% do PIB na educação, meus queridos Deputados, é um sonho. Esse sonho pode se realizar sim, mas vai se realizar se nós fizermos a reforma da Previdência do setor público, para acabar com essa transferência de renda de 1 trilhão e 200 bilhões de reais. Vocês viram ali que as despesas obrigatórias já consomem 91% do orçamento. E quase tudo é com Previdência. Em 5 anos, a Previdência vai comer todo o orçamento da União — todo o orçamento da União! Talvez sobre um pouco para funcionário público. Daqui a 5, 10 anos o cenário vai ser dramático. Isso aconteceu em muitos países.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) - Então, eu convido todas as inteligências jovens, não jovens, estudiosas, para que mergulhem bem nesse



problema que envolve a alta "privilegiatura" e nos ajudem, no novo Governo, no ano que vem, ou já em dezembro, a fazer a reforma da Previdência da alta "privilegiatura". Ou vamos defender que promotor, juiz, desembargador, fiscal da Receita se aposentem bem novos? O pobre não se aposenta assim.

O diálogo vai continuar entre o Ministério do Planejamento, o Ministério da Educação e o Governo Federal, e não vai faltar recurso no ano que vem — claro, sempre em cima da visão da Emenda 95, que é para salvar o País, junto com a reforma da Previdência. *(Apuos.)*

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Vamos respeitar o Deputado que está com a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB - RS) - Ajudem-nos a fazer a reforma da Previdência do setor público, senão será estabelecido o caos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Obrigado, Sr. Presidente.

Há um pequeno e importante detalhe aí: o mesmo Governo que diz que só acabando com a "privilegiatura", sobretudo na Previdência Social, haverá caminho para fazer políticas sociais, especificamente de educação, objeto singular desta audiência, é o que coonestá, ampara o esvaziamento da Comissão — e falo porque sou membro dela — que quer regulamentar o teto remuneratório dos servidores. Então, a pressão da alta "privilegiatura" sensibiliza o Governo pela sua própria natureza de Governo das cúpulas, de Governo das elites! Não dá para ser incoerente dessa forma. Esta Comissão da Câmara dos Deputados que trata da regulamentação do teto remuneratório do serviço público, a partir do salário de Ministro do Supremo Tribunal Federal, está sendo esvaziada pela base do Governo.

Vou tratar especificamente da CAPES. É evidente, segundo estudos da própria Câmara dos Deputados, que os cortes na CAPES são progressivos. Creio



que isso é inegável. Em 2016, houve um corte de 16% em relação ao orçamento de 2015. Em 2017, houve o agravamento disso, com corte de 33% em relação a 2015. Em 2018, o corte foi de 47%.

A situação é tão dramática que, para ter um orçamento igual ao de 2015, a CAPES deveria ter uma dotação orçamentária hoje de pouco mais de 9 milhões de reais, mas essa dotação hoje é de 3 milhões e 900 mil reais, o que corresponde a 43% do patamar de 3 anos atrás.

Eu faço uma indagação a mim, aos representantes do Governo e a todos os que estão aqui. O Governo acalmou um pouco a situação, a partir do grito do Presidente da própria CAPES, em relação ao fim das bolsas ou do seu corte brusco, violento, contra o presente e o futuro do Brasil na ciência e tecnologia e na educação, mas eu pergunto: o que há de concreto nessa política de cortes? Aliás, essa é uma política do Governo, assumida. A emenda do teto dos gastos públicos, aprovada pela maioria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, está aí e não me deixa mentir.

O que nos permite dizer concretamente que as bolsas atuais, mesmo algumas defasadas, não sofrerão solução de continuidade a partir de agosto do ano que vem? O que há de concreto e de coerente nisso, numericamente falando? É preciso mostrar os números, senão ficamos só num jogo de palavras. O Presidente da CAPES fala uma coisa, o Ministro da Educação acalma e diz que não é bem assim. Eu queria a palavra sobre isso do Governo — que não será mais Governo no ano que vem e, no que depender de nós, o próximo Governo não será nem de continuidade —, porque o discurso do representante do Governo, na campanha eleitoral, no primeiro debate, foi de corte, corte e corte. *(Palmas.)*

Eu queria saber concretamente o que o Governo tem a dizer, sem tergiversar, em relação à manutenção das bolsas da CAPES.



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Na ordem, estão inscritos a Deputada Rejane Dias e o Deputado Aliel Machado. Fecharemos o bloco com as falas da Flávia, do Heleno e do Pedro.

Passo a palavra à Deputada Rejane Dias.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI) - Eu queria, neste momento, cumprimentar o nobre Presidente desta Comissão, Deputado Danilo Cabral, e, na sua pessoa, cumprimentar os demais Parlamentares presentes. Cumprimento também o Ministro do Planejamento, Esteves Colnago, e todos os educadores e estudantes presentes.

Elogio a iniciativa da Comissão de Educação por estarmos aqui neste momento para tratar de temas tão importantes, como a emenda do teto de gastos públicos, a Emenda Constitucional 95, e o próprio orçamento.

Ouvi atentamente a fala de cada um dos meus colegas que se pronunciaram. Não quero ser redundante, mas aqui fica a grande preocupação com relação à continuidade dos gastos com educação, tendo em vista que o futuro e o presente do nosso País e da nossa gente estão exatamente na educação, que deve ser tratada como prioridade absoluta pelo Governo.

Dessa maneira, quero registrar, Ministro, que há urgente necessidade de o Congresso Nacional revogar a Emenda Constitucional nº 95.

Registro também a grande preocupação quanto à implementação do Plano Nacional de Educação. Não há como avançar nas políticas públicas educacionais se não houver garantia de recursos, a fim de que esse Plano seja efetivado na velocidade necessária.

Outra grande preocupação é que esses cortes estão atingindo a educação básica do nosso País, que precisa de mais investimentos, ao contrário do que tem acontecido, como temos acompanhado no próprio PAR — Plano de Ações Articuladas, importante programa do Governo Federal que visa melhorar a infraestrutura das nossas escolas e garantir reforma e construção de novas creches e novas escolas. Esse Programa praticamente parou.



Por fim, eu quero fazer uma pergunta ao nobre Ministro. Gostaria muito que o Ministro da Educação estivesse aqui, porque, como V.Exa. acabou de dizer, somente o Ministério da Educação pode responder sobre as diretrizes prioritárias para a educação do nosso País.

Temos sido procurados com frequência por reitores de universidades e por institutos federais que lamentam a escassez de recursos para suas instituições. A principal queixa é de que os recursos do Orçamento de 2018 estão alocados em uma dotação única no Ministério da Educação, e não diretamente em cada unidade orçamentária, como era praxe, como era costume.

Isso compromete a autonomia financeira e orçamentária das universidades e dos institutos federais. A proposta da LOA para 2019 prevê a restituição dessa autonomia financeira?

Essa seria a pergunta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Nós vamos dar sequência às inscrições. Estão inscritos ainda os Deputados Aliel Machado e Glauber Braga, que ainda não está aqui. Logo após, passaremos a ouvir Flávia Calé, Heleno Araújo e Pedro Gorki, que estão representando, respectivamente, a ANPG, a CNTE e a UBES.

Mais uma vez, justificando o que também foi levantado pela Deputada Rejane, quero informar que foram convidados para esta audiência o Ministro Rossieli, da Educação, e o Ministro da Fazenda, que encaminharam justificativas para a ausência aqui hoje. O Ministro da Fazenda justificou dizendo que, como o debate se daria em torno da questão orçamentária, e isso está sendo conduzido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, entende que o Ministro do Planejamento pode falar também pela área da Fazenda.

Com relação ao Ministro da Educação, informo que a justificativa que nos encaminharam para a sua ausência são compromissos agendados anteriormente.



Faço o devido registro de que, todas as vezes em que mantivemos contato com o Ministro, ele se colocou à disposição para vir aqui.

Nós priorizamos esta data de hoje porque era a data disponível na agenda do Ministro do Planejamento. Como há questões na ordem do dia que tratam de temas relacionados ao orçamento, nós priorizamos a realização da audiência com a presença do Ministro do Planejamento.

Como já foi dito pelo conjunto dos Parlamentares aqui, há três questões importantes a tratar. Uma delas, de caráter estratégico, é o debate que queremos fazer em torno da emenda do teto dos gastos. Essa é uma pauta que está posta para a sociedade brasileira.

É importante dizer que a Comissão de Educação aprovou uma carta-compromisso que estamos fazendo chegar a todos os pré-candidatos à Presidência da República, pois entendemos que vai haver um momento muito importante para fazermos o debate do Plano Nacional de Educação e, sobretudo, do financiamento da educação. Nessa carta, está a preocupação com a emenda do teto dos gastos. A partir da definição das convenções partidárias que ocorreram na semana passada, nós já fizemos a entrega de uma dessas cartas. E queremos fazer com que elas cheguem a todos os pré-candidatos, para que cada um se manifeste sobre o compromisso com a educação e também sobre como vão se posicionar no tocante à emenda do teto de gastos.

Além disso, do ponto de vista objetivo, relembramos a questão da LDO, que é um ponto central. Para ser muito sincero, Ministro, a sua fala me preocupou, pois V.Exa. não se manifestou sobre isso. Estamos no limite dessa manifestação. Transferimos isso, como tem que ser — é claro que a prerrogativa de decisão é do Presidente da República —, mas, a esta altura do campeonato, não podemos acreditar que ainda não haja convicção formada quanto à posição a ser adotada em torno daquilo que está previsto no art. 22 e também no próprio art. 59 da LDO.

São essas as questões centrais que motivaram, de imediato, o convite feito a V.Exa., assim como a manifestação da área de orçamento. Nós estamos falando



da LOA de 2019, pauta que está na ordem do dia. E o que vai orientar a elaboração dela é a LDO que nós aprovamos. Então, nós queremos ratificar a nossa preocupação. Entendo quando V.Exa. afirma que a prerrogativa dessa questão cabe exclusivamente ao Presidente da República, mas não dá para crer que, a essa altura, não tenhamos uma posição da área técnica de planejamento e orçamento sobre o que vai acontecer, já que ela deve se manifestar de hoje para amanhã.

Sinceramente, eu espero que, até a conclusão desta audiência pública, tenhamos uma sinalização objetiva sobre isso. Nós temos uma preocupação com os companheiros que estão fazendo pesquisas sobre o que vai orientar o debate da elaboração do Orçamento de 2019. Essa é uma questão central. Ela está na ordem do dia. Nós precisamos decidir isso. O que vai acontecer de hoje para amanhã? Esta Comissão espera uma resposta, e o prazo é de hoje para amanhã. Não dá para nós postergarmos isso.

Quando discutimos a participação de V.Exa. nesta audiência pública, alguns Parlamentares propuseram realizá-la na primeira semana de setembro, quando haverá outro esforço concentrado. Mas o consenso entre nós foi no sentido de que não poderíamos adiar a audiência, porque precisávamos dessa resposta hoje. A LOA vai chegar à Casa nos próximos dias, e o que vai orientar a sua elaboração é a LDO, que tem um dispositivo que é fruto de uma contribuição desta Casa.

V.Exa. disse aqui que a proposta ainda está sendo discutida dentro do próprio Governo — é legítimo que se faça isso — e que esta Casa poderia dar uma contribuição durante a discussão da própria LOA. Nós já demos uma contribuição na LDO, para proteger o orçamento da educação e da ciência, através de um artigo, e precisamos saber o que, de fato, vai acontecer com esse artigo.

Esperamos que o Governo do Presidente Temer tenha, de fato, uma atitude em relação à preservação do orçamento da educação. Se não tiver, nós vamos, sim, como disseram aqui alguns Parlamentares — a Deputada Luiza Erundina



falou sobre isso —, fazer valerem as prerrogativas do Congresso Nacional para garantirmos esse direito.

A Deputada Professora Dorinha quer fazer uso da palavra, mas é o Deputado Aliel que está inscrito na sequência.

Deputado Aliel, como a Deputada Professora Dorinha é a autora do requerimento de realização desta audiência, permita-me conceder a palavra a ela por 30 segundos. Depois, eu passo a palavra a V.Exa.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - O.k., Presidente.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Na verdade, quero apenas dizer que, como as minhas perguntas eram em relação à LDO, e o Ministro disse que não iria se referir a isso, eu não me sinto contemplada. É muito cômodo dizer que o Ministro da Educação tem controle sobre o orçamento. Ele tem controle sobre aquilo que chega a ele.

V.Exa., como Ministro, falou sobre o crescimento das despesas obrigatórias. É cômodo dizer que cabe ao Ministro da Educação tirar dinheiro daqui ou dali, mas é preciso haver dinheiro para ele poder fazer as opções, do ponto de vista formal, dentro do Ministério da Educação. Na verdade, o orçamento do Ministério da Educação sofre cortes e limitações. Na verdade, quem define o orçamento é o conjunto do Governo, o Planejamento e a Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Feitas as considerações da Deputada Professora Dorinha, autora do requerimento de realização desta audiência, passo a palavra ao Deputado Aliel.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente, começo lamentando a ausência do Ministro da Educação, visto que o foco principal deste debate são as divergências entre o planejamento feito por este Governo e as ações que envolvem a educação.

Tivemos um levantamento feito pelo UNICEF que mostra que o Brasil tem hoje 60% das suas crianças e dos seus jovens vivendo na pobreza.



O mal planejamento que se fez, o acordo feito por esse Governo, que diz que não tem dinheiro, que entrega nosso petróleo às petroleiras internacionais, que entrega o dinheiro que deveria ser usado para salvar nossa saúde e nossa educação, esse Governo que tenta vender nossa Amazônia, esse Governo que é o responsável, depois de 29 anos, pelo aumento da mortalidade infantil no nosso País, esse Governo não tem moral, portanto não pode querer dizer que é o cara que vai defender as convicções para melhorar a economia do Brasil.

Hoje nós temos no Brasil uma tragédia social. Temos engavetada a proposta inicial da Previdência que quer que o agricultor, que trabalha na roça com as mãos inchadas, trabalhe 49 anos para ter direito a um salário mínimo. Isso não é combater privilégio, principalmente porque o Governo não fez isso ao longo do mandato, depois que tomou à força nosso dinheiro para fazer acordo com banqueiros e com petrolíferas internacionais, tirando do nosso povo a esperança.

A duras penas, foi aprovado o Plano Nacional de Educação. Depois de ser debatido amplamente pela população brasileira, agora está indo por água abaixo, porque o Governo inverte as prioridades, não fala a verdade quando monta esse planejamento. Esse Governo não tem condições de tocar o Brasil.

Meu questionamento, Sr. Ministro, que chegou há pouco ao Ministério, é que não temos gastos com a educação — trata-se de um investimento que diminui os custos em outras áreas. Se, no dia de hoje, em 2018, depois de 1 ano da PEC do Teto de Gastos, temos 60% dos jovens e crianças do Brasil vivendo na miséria, imagine a tragédia social que isso não vai significar ao longo dos próximos anos! Essa PEC, de fato, cortou dinheiro da educação, da saúde, da segurança pública, da assistência social, mas os juros da dívida podre, dívida que consome mais de 40% de todo o PIB brasileiro, não foram cortados. (*Palmas.*)

Não é verdade quando o Governo faz esse discurso e diz que não tem dinheiro. O Governo prioriza alianças para salvar seus Deputados, para comprar Parlamentares que se envolveram em negociatas para salvar o Sr. Temer, que responde a duas denúncias de crime comum, coisa que não tem a nossa digital.



Fica minha crítica, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Concedo a palavra à Sra. Flávia Calé, da Associação Nacional de Pró-Graduandos.

A SRA. FLÁVIA CALÉ - Sr. Presidente Danilo Cabral, a quem cumprimento pela iniciativa desta audiência pública, bem como o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Junior, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Quero saudar os estudantes secundaristas, os universitários e os pós-graduandos presentes nesta audiência pública para este debate.

É fundamental, em momentos de intolerância, termos espaço para o debate público e a busca de sínteses. Quero dizer que vivemos um processo muito virtuoso de expansão das universidades e da pós-graduação no nosso País. O Plano Nacional de Educação dá sinais de metas mais importantes e ousadas, entre elas a formação de 60 mil mestres e 25 mil doutores anuais.

Trata-se de um sistema em expansão, em vista da necessidade de gerar desenvolvimento, emprego e renda no nosso País. A pós-graduação é responsável por 90% da produção científica no nosso País.

Minha primeira pergunta é: como formar este contingente de cientistas em que, de 300 mil pós-graduandos do *stricto sensu*, menos da metade tem bolsa? A CAPES anunciou o corte de 93 mil bolsas, caso se concretizem os vetos às emendas construídas à LDO, para manter o orçamento da educação. Portanto, como vamos conseguir?

É importante que se diga que essas bolsas custam 300 milhões. Foram 900 milhões os recursos destinados aos benefícios do Judiciário — 3 vezes mais. (*Palmas.*)

Como formar cientistas com uma bolsa que não tem reajuste desde 2013, quando a crise econômica impõe um severo aumento do custo de vida para a população brasileira? Parece-me que temos uma inversão de prioridades no nosso País. Estou falando de um Brasil que deixa de investir em seus cientistas,



mas que paga 20 bilhões de *royalties* em produtos patenteados no exterior a partir da biodiversidade brasileira. Vinte bilhões de *royalties* para consumir esses produtos?

Esta é a visão de um Brasil pequeno, um Brasil de joelhos para o mundo, um Brasil que renova sua condição colonial e escolhe ser mero portador de *commodities*, um Brasil que ignora a revolução 4.0 e os desafios de uma sociedade do conhecimento, um Brasil que amplia as diferenças do próprio desenvolvimento em relação a potências que não pararam de investir em ciência e tecnologia.

Quem condena o Brasil a esse destino, a essa pequenez, é a Emenda Constitucional nº 95, que aprofunda a crise em que estamos.

A ANPG acha que a saída não é o aprofundamento da crise pela restrição orçamentária, mas mediante mais investimentos nos setores que têm condições de tirar o Brasil desta crise.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo mais duas perguntas. Quero saber qual é o lugar da ciência e da educação, para o senhor, além dos números numa planilha. Qual é o lugar e qual é a lógica desta inversão de prioridades que está se fazendo no nosso País? (*Palmas.*)

Este corte que discutimos na CAPES é real e tem a ver com o que o Deputado Danilo Cabral colocou.

Qual é a opinião dos senhores em relação às emendas que o movimento educacional construiu, para poder assegurar a integridade do orçamento da educação, da ciência e da tecnologia?

Obrigada. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Obrigado, Flávia!

Concedo a palavra ao Sr. Heleno Araújo, representante da CNTE.

O SR. HELENO ARAÚJO - Boa tarde a todas e a todos! Quero cumprimentar os membros da mesa e os Parlamentares, saudando o Deputado Danilo Cabral. Estou acompanhado de todas as companheiras e companheiros da



direção da CNTE, somando a voz da educação básica brasileira pela revogação da Emenda Constitucional nº 95.

Esta emenda nos preocupa muito, tendo em vista a ausência do Sistema Nacional de Educação, que já deveria estar vigorando em nosso País; a ausência do Custo Aluno-Qualidade para financiar a educação básica em nosso País; a ausência do projeto de lei de piso salarial e diretrizes de carreira para o conjunto dos profissionais de educação, que está na Meta 18 do Plano Nacional de Educação. Nossa base, Deputado Danilo Cabral, está apavorada com a política que está sendo executada na educação básica.

A medida provisória que impôs mudanças no ensino médio é restritiva, tira direitos dos estudantes e dos trabalhadores em educação. A Base Nacional Comum Curricular que querem impor, à força, para uma base de trabalhadores e estudantes que não querem a que aí está é um dado preocupante. Entendemos que todas essas ações, ausências e o que nos está sendo imposto têm a ver com a Emenda Constitucional nº 95. Por isso, lutamos para que seja revogada.

Neste sentido, quero fazer quatro perguntas ao Ministro: uma, sobre participação social, e três, sobre outros números que ele não apresentou, que eu queria que fossem apresentados, para que pudéssemos acompanhar.

O Ministro disse que o MEC está participando do orçamento da educação para 2019. Os membros do Conselho Nacional do FUNDEB estão participando do orçamento da educação para 2019?

Quanto à questão de pessoal, levantada aqui como gasto mais pesado do orçamento, qual o percentual de atendimento de matrículas na educação superior de jovens de 18 anos a 24 anos?

Com relação à Previdência, como foi mostrado por outro gráfico para justificar a ausência de recursos para os investimentos, qual o montante da dívida de grandes empresas em relação à Previdência Social? (*Palmas.*)

Sobre o limite de investimentos, já que não sobra dinheiro para investir, qual o montante da renúncia fiscal do Governo Federal em 2018? (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Para concluir, tem a palavra o jovem Pedro Gorki, representante da UBES.

O SR. PEDRO GORKI - Boa tarde a todos e a todas. Quero começar saudando cada estudante secundarista, universitário e pós-graduando presente na Câmara dos Deputados, representando o motivo real da Câmara dos Deputados, ou seja, ser a Casa do Povo. Quero saudar o Presidente da Comissão de Educação, o Deputado Danilo Cabral, e o Ministro do Planejamento.

A educação pública, especialmente a educação básica, passa por um momento muito difícil de sucateamento. Os números de evasão escolar são alarmantes, a quantidade de analfabetos e de jovens em idade escolar fora da escola preocupa o futuro do País. Todos os dias, o povo brasileiro, ao ver a escola sucateada, sem investimento, pensa: *"Meu Deus, quando essa escola vai ser como a gente quer, como a gente precisa?"* Todos os dias, mães, pais e estudantes se perguntam isso.

Deputados e Deputadas, nós temos um instrumento importantíssimo para atingir a educação que queremos e de que precisamos, que se chama Plano Nacional de Educação. Pode o PNE não sanar todos os problemas da educação básica e da educação pública. Pode o PNE não ser suficiente para atingir completamente a educação de que precisamos e que queremos, mas esse plano consegue apontar saídas para dificuldades como a valorização da docência, a formação dos professores, financiamento e analfabetismo. Ele consegue apontar saídas para as várias crises por que passa a educação.

Eu me somo, como Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a este anseio, a este questionamento, a esta indagação do povo brasileiro, de milhões e milhões de pessoas: *"Meu Deus, quando a gente vai ter a educação que queremos?"*

Quando vão ser cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação? Quando a educação será vista não como gasto, mas, sim, como investimento? Cadê a sanção da LDO de 2019? Nossa luta pela educação e pelo PNE passa



pela aprovação da LDO, que garante, no seu art. 22, mais investimentos para a educação.

O Plano Nacional de Educação, especialmente a Meta 20, que garante 10% do PIB para a educação, depende da aprovação da LDO, com vários outros fatores do financiamento da educação pública. Este Governo, que vergonhosamente, no ano passado, sancionou a LDO, vetando a prioridade do Plano Nacional de Educação, tem o dever de pedir desculpas aos estudantes, aos trabalhadores e ao povo brasileiro, sancionando esta LDO, com prioridade ao Plano Nacional de Educação e com este art. 22, que garante mais investimentos.

O golpe cometido na educação tem que ser pago neste ano com a aprovação da LDO e a sanção do Presidente ilegítimo Michel Temer. Esta sanção, com o PNE, com a renovação do FUNDEB, com a defesa do pré-sal e da exploração do petróleo pelo povo brasileiro, é que vai garantir o funcionamento das nossas escolas, dos nossos institutos federais e das nossas universidades.

Quando somos crianças, temos os mais belos sonhos: ser jornalista, professor ou professora, advogado ou advogada, engenheiro ou engenheira, mas, adolescentes, quando entramos no ensino médio, numa escola pública sucateada, sem merenda, sem professor, sem investimento, nosso único sonho passa dos mais belos para a vontade de largar a escola pública, de sair logo, de terminar ou de nem terminar o ensino médio, e entrar em qualquer posto de trabalho, qualificado ou não.

Camaradas, companheiros e companheiras de luta, estudantes e trabalhadores de todo o Brasil, devemos nos levantar para garantir que a escola pública seja semeadora da esperança, e não um abatedouro dos sonhos da juventude.

Ministro, eu tenho 17 anos, sou estudante do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, que pode fechar e está ameaçado de cortes da educação. Por isso, apelo para que haja a sanção imediata da LDO, porque creio que o senhor não sabe o que significa, para a minha mãe e para as mães de milhares de estudantes



secundaristas, estar num instituto qualificado que presta educação em ciência e tecnologia. Se o senhor souber o que é isso, garanta que este Presidente ilegítimo, mas que está com a caneta na mão, sancione a LDO e garanta a educação como investimento, e não como um gasto para nosso País. (*Palmas.*)
(*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, quero dizer que esta audiência está sendo transmitida pela Internet. Nós temos dois canais de participação, através do *site* da Câmara e do *site* da Comissão. Diversas indagações chegaram por esse canal da Internet.

Eu selecionei uma indagação que foi objeto de muitos questionamentos, para que V.Exa. coloque nas suas considerações finais. Vou repetir a pergunta que me chegou: "*Bom dia a todos. Gostaria de saber como ficam os concursos que estavam em andamento antes da publicação do Decreto 9.262/18 (anexo IV)*" — que trata da proibição de abertura de concursos e nomeação dos classificados —, "*já que o Decreto retroagiu e atingiu os classificados em concursos de Universidades Federais que estavam na iminência de serem nomeados*".

Esta foi uma indagação que surgiu reiteradas vezes aqui, através do e-Democracia, portal da Câmara dos Deputados, como da página da Comissão. Se V.Exa. tiver condições de responder a isso, acho que seria importante, para, por meio deste espaço, respondermos às pessoas que estão acompanhando esta audiência pública.

Eu queria, antecipadamente, agradecer a presença a todos os companheiros e companheiras. Acho que esta audiência atingiu nosso objetivo: jogar uma lupa sobre o debate que estamos fazendo em torno do financiamento.

É importante destacar a largueza das leituras feitas aqui, Ministro, com a participação não só dos Parlamentares que deram sua contribuição, mas, sobretudo, das entidades aqui presentes, às quais quero agradecer: a União Nacional dos Estudantes — UNE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE, a Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG, a



Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES, entre outras que se fazem representadas aqui.

São muito importantes estas manifestações, para que possamos dar o extrato real do problema que está posto e ter, da parte do Governo Federal, a sensibilidade para tomar a melhor decisão.

Dito isso, passo a palavra ao Sr. Ministro, para fazer as considerações em torno do que foi colocado e suas considerações finais.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Muito obrigado, Sr. Presidente.

As perguntas, de forma geral, remetem à possibilidade de fazer mais investimentos em educação e em outras áreas prioritárias para o Governo. Obviamente, trata-se de um desejo, porque educação é investimento: é ela que nos dará a produtividade de que precisamos.

O Brasil vem perdendo produtividade e competitividade em relação aos seus pares, e é importante resgatar isso. Estamos perdendo o *boom* demográfico. Portanto, aquilo que tínhamos como vantagem está deixando de existir. Realmente, precisamos aumentar a produtividade da nossa economia. Uma das melhores formas de se fazer isso é por meio da educação, da ciência e da inovação. Temos, obviamente, algumas restrições. Isso não é uma coisa ilimitada. Não é porque se deseja fazer um gasto que se consegue fazer esse gasto ou investimento. É importante ter as condições para que isso seja realizado.

Hoje estamos num nível de tributação da nossa sociedade muito elevado. Até pouco tempo atrás, faziam-se novos investimentos ou novos gastos unicamente com base na tributação. Se fizermos um gráfico, comparando-se o aumento de gastos de Governo e o aumento da tributação, veremos que tudo está muito correlacionado. O Governo fez mais gastos e mais investimentos, aumentando a tributação. Chegamos a um ponto em que é difícil continuar fazendo isso. Então, é preciso olhar para os gastos e para os investimentos que o



Governo hoje faz e perguntar o que é prioritário dentro disso, o que é preciso priorizar.

Está na hora de o Poder Executivo e de o Congresso Nacional se perguntarem o que é importante e o que têm que fazer. Realmente, há um excesso de benefícios tributários, e precisamos rever isso. Esta é uma Casa importante para isso.

Não sei se este é o número que o senhor tem, mas o que eu tenho é de 220 bilhões de reais de renúncias tributárias. É um número elevado, e precisamos rever isso. Quais são os resultados que essas renúncias trouxeram? Houve algum resultado? O resultado já foi atingido? Posso buscar outro tipo de setor para fazer isso? Esta discussão precisa ser feita. Trata-se de uma discussão que, de certa forma, vínhamos adiando ao longo do tempo, porque era mais fácil tributar. Porém, chegamos a um ponto em que não cabe mais tributação, ou cabe pouca tributação.

Então, precisamos perguntar o que é importante, que projetos é importante priorizar. Isso precisa ser feito.

A Dívida Ativa da União deve estar em torno de 400 bilhões de reais, mas este é um número falacioso. A grande maioria das empresas, ou boa parte delas, já faliu ou está em concordata. Mesmo que se arrecadassem 400 bilhões de reais, isso seria uma vez na vida. Arrecada-se isso, e o que acontece no próximo ano? Isso não resolve o problema fiscal. Isso ajuda em um ano, mas não de forma estrutural, o que não quer dizer que não precisemos fazer. Isso precisa ser feito. No entanto, fala-se como se isso fosse uma solução, e não é. Isso ajuda, no máximo, por um ano, mas não ajuda no ano seguinte. Entretanto, precisamos fazer isso.

O Ministério do Planejamento não entra efetivamente no ponto em que serão alocados os recursos. Isso é uma questão de competência. O Ministério do Planejamento aloca um valor geral. Nós estamos discutindo qual o melhor orçamento que se pode oferecer para o Ministério da Educação. O orçamento do



ano que vem será maior do que o deste ano. Estamos buscando espaços para que seja o melhor possível, mas o Ministério do Planejamento não aloca lá dentro. Cabe ao Ministro da Educação alocar os recursos. Obviamente, vai haver restrições, porque os desejos são ilimitados. Isso ocorre não só na educação, mas também na saúde, no PAC, na defesa. Todo lugar tem desejos ilimitados.

O orçamento do Ministério da Saúde é o maior do Governo — o orçamento é 30% maior do que o da educação. Ele é quase duas vezes e meia maior do que o orçamento da defesa, que é o terceiro maior.

Portanto, há uma priorização para a educação, mas há um limite. Este limite precisa ser respeitado. Precisamos, de novo, repriorizar, precisamos olhar o que é prioritário. Não dá para fazer tudo!

Com relação ao MEC e às universidades, este é um detalhe que cabe ao Ministro da Educação decidir se vai centralizar ou se vai disponibilizar para as universidades. Não cabe ao Ministro do Planejamento fazer isso. Mais uma vez, o Congresso vai contribuir, aliás, sempre contribui para a tramitação da LOA. O Congresso vai poder olhar e dizer: *"Entendo que cabe mais orçamento para a educação, agora de onde eu vou tirar?"* Este é um jogo, de certa forma, de soma zero. Como tenho um limite para atender a um, tenho que retirar do outro. Podemos retirar dos benefícios, não há problema. Acho que cabe olhar para isso, mas precisamos amadurecer neste sentido.

Quanto ao FUNDEB, ele não participa diretamente da discussão com o Ministro do Planejamento. Acredito que ele participe diretamente da discussão com o Ministro da Educação na questão orçamentária.

Eu não tenho o número de matrículas por professor. Eu poderia até ir em busca disso, mas não tenho aqui.

Com relação ao decreto, o que ele fez foi extinguir os cargos vagos, para os quais hoje já não se fazem mais concursos públicos. Ele não afeta em nada os futuros concursos. Não há qualquer preocupação com relação a este decreto,



porque ele era só para cargos que já existiam, como o de motorista e copeiro, ou para cargos para os quais já não há mais concurso público.

Acho que o que eu queria deixar era um pouco...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - E quanto ao histórico de redução de recursos para a CAPES, que citei aqui percentualmente? Eu queria saber a respeito da afirmação do Ministro da Educação de que, ao contrário do que disse o Presidente da CAPES, não vai haver corte de bolsas em agosto de 2019. Citei números, percentuais concretos.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Deputado, o que vamos disponibilizar para o Ministério da Educação é um orçamento maior do que o deste ano. Como vai ser alocado esse orçamento não cabe ao Ministro do Planejamento, cabe ao Ministro da Educação. Ele vai disciplinar isso.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Ministro, o PLP 358/17 trata da transformação do FNDCT em fundo financeiro. Ele deixaria de ser fundo contábil. Há um parecer de vocês contra a aprovação desse projeto. Nós temos um pedido de urgência em mesa aqui. Temos reunião hoje à tarde, às 16 horas, com a Presidência da Câmara para tratar do assunto. Queria que olhassem isso com atenção.

O PL 5.876/16 trata da destinação de 25% do fundo social do pré-sal para a ciência e tecnologia. Queria que dessem uma olhada nele também. São dois projetos. Não se trata de dinheiro novo, mas de dinheiro que já existe no Governo. São fundos criados com fins específicos. Estamos querendo disciplinar parte desse recurso.

Ministro, eu queria saber do seu posicionamento sobre isso.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Deputado, nós vamos analisá-los com cuidado. O fato de transformar o fundo contábil em



financeiro normalmente não significa a resolução dos problemas de utilização do recurso. Vamos olhar com mais atenção esses dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Ministro, permita-me só um esclarecimento em relação ao que disse no final. Quando respondeu ao Deputado Chico Alencar, V.Exa. disse que o orçamento destinado à educação será maior do que...

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - O deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - V.Exa. está falando de 2018 ou 2019?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - De 2019.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Isso significa que não vai haver veto ao art. 22. É isso?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Não. Eu não falei nada disso. (*Risos.*)

Eu disse que o orçamento que vai ser encaminhado, que vai ser proposto, será maior do que o orçamento deste ano. Isso cabe ao Presidente. Estivemos realmente muito próximos dessa decisão, pelo Presidente. Cabe ao Presidente entender o que deve ser vetado ou não na LDO, mas o orçamento de 2019 vai ser maior do que o orçamento de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Quanto ao art. 59, também não há nenhuma posição?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - A resposta é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Ministro, sinceramente, isso gera certa frustração aqui, porque a nossa expectativa era a de que tivéssemos uma resposta a respeito dessa questão. Como eu disse, já vínhamos conversando sobre esta audiência desde junho do ano passado. Antes do recesso já havia uma provocação. O Deputado Pedro Uczai já havia apresentado um requerimento, assim como a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, para discutir o



financiamento de forma mais geral, para debater a PEC do Teto dos Gastos Públicos, mas houve, de fato, uma precipitação e um consenso sobre a convocação desta audiência pública, para que tivéssemos uma resposta a respeito desses pontos, que, repito, estão na Ordem do Dia de hoje, tanto a questão do art. 22 e do art. 59 como a questão da CAPES.

Sinceramente, eu acho que a resposta não atende...

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Note, Presidente, que, em relação à CAPES, quem levantou a lebre foi o Presidente da CAPES, que é alguém vinculado ao próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - O próprio.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Nem fomos nós que dissemos isso. Se fosse a Oposição, poderiam até dizer que há proselitismo. Mas, não, foi o Presidente da CAPES. E os 800 milhões destinados ao CNPq para o ano que vem significam nada. Não pagam nem o custeio do CNPq, que é outro caso muito grave. É seríssima a situação do CNPq e da FINEP.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - É por isso que podemos entender a ausência aqui do Ministro Rossieli, que teria dificuldade de fazer esse bom enfrentamento do debate em relação ao não compromisso com o art. 22. Isso é lamentável para nós.

Sr. Presidente, V.Exa. citou o eixo: se a LDO vai ser mantida como uma decisão do Parlamento e da democracia neste espaço ou se vai ser vetada, permitindo mais cortes na educação, mais restrições aos recursos da educação.

Então, V.Exa. está correto quanto à preocupação central desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - O Ministro quer dar uma palavra final a respeito dessas questões?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO CONALGO JUNIOR - Eu realmente peço desculpas, mas a atribuição de veto é do Presidente da República. Nós estamos na iminência disso. Então, eu acho que cabe esperar 24 horas por essa decisão do Presidente. Obviamente o Ministro do Planejamento e o Ministério do



Planejamento estão à disposição para retornar a esta Comissão. Toda vez que formos convidados ou convocados, nós estaremos aqui para debater.

O SR. PRESIDENTE (Danilo Cabral. PSB - PE) - Vamos aguardar então, mas dizemos ao Governo que, se ocorrer da parte do Presidente Temer qualquer movimento que vá de encontro a todas essas preocupações apresentadas por esta Comissão, por todos os Parlamentares, por todas as entidades aqui representadas, nós iremos, dentro das nossas prerrogativas, como foi colocado também por alguns Parlamentares, reagir para garantirmos a preservação do orçamento da educação para o ano que vem. Não vamos acompanhar isso de forma passiva. Esta audiência já foi uma forma de dar um recado muito claro ao Governo, o de que não aceitaremos passivamente mais cortes, como já estão ocorrendo, na educação pública brasileira.

Dito isso, eu quero agradecer a presença do Sr. Ministro Esteves Pedro, do Secretário George Soares, do Secretário Júlio Alexandre, de toda a equipe do Ministério do Planejamento, que propiciou este debate, como representante do Poder Executivo.

Está encerrada a reunião.